

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LILIAN RIBEIRO DE CAMARGO

A EDUCAÇÃO PARA A PAZ NAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE
ENSINO FUNDAMENTAL DE CURITIBA

CURITIBA
2014

LILIAN RIBEIRO DE CAMARGO

A EDUCAÇÃO PARA A PAZ NAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE
ENSINO FUNDAMENTAL DE CURITIBA

Trabalho de Conclusão apresentado a comissão de Graduação como requisito parcial obrigatório para a aprovação no curso de Pedagogia da Universidade Federal do Paraná- UFPR.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Antunes de Sá

CURITIBA
2014

TERMO DE APROVAÇÃO

LILIAN RIBEIRO DE CAMARGO

A EDUCAÇÃO PARA A PAZ NAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE ENSINO FUNDAMENTAL DE CURITIBA

Trabalho de Conclusão apresentado à comissão de Graduação como requisito parcial obrigatório para a aprovação no curso de Pedagogia da Universidade Federal do Paraná- UFPR, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. Ricardo Antunes de Sá
Orientador – Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná

Prof.^a Dr.^a Eliane Cleonice Alves Precoma - UFPR.

Curitiba, 26 de Novembro de 2014

Este trabalho é dedicado a todas as pessoas que acreditam na possibilidade de mudanças e que lutam por um mundo mais solidário e de Paz.

A todos (as) que contribuíram para a realização deste Trabalho de Conclusão de Curso e que possibilitaram o compartilhamento de informações referente às boas ações e ao processo de desenvolvimento de uma formação mais humana e dialógica nas escolas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu filho Bruno, pelo companheirismo e compreensão até nos momentos mais centrados para elaboração deste Trabalho. Também ao meu marido Carlos, por se preocupar tanto com minhas noites mal dormidas devido ao acúmulo de leituras e escritas bem como da preocupação com minha saúde.

A torcida familiar pela esperança de concretização de um sonho que até um tempo era impensável de ser realizado, principalmente à minha mãe Vera, por nunca desistir diante das dificuldades que passou, dando exemplos de coragem e de luta. Ao meu falecido pai Saul e meu padrasto Juarez, por seus cuidados, além de demonstrar que muitas pessoas são capazes de mudar e começar a praticar o bem através de bons exemplos. Às minhas queridas, admiráveis e lutadoras irmãs (os): Ana, Mariluci, Jane, Nanci, Edson, Silene e Lincoln.

Aos amigos e amigas, pelo companheirismo, cooperação e incentivo nos momentos bons e ruins durante o curso de Pedagogia. Em especial à Dayane Cristina Orenge, pela pessoa guerreira e grande amiga de sempre, que ensinou muito sobre demonstração de carinho, compreensão e persistência. Também à Miriã Nakanishi, por sua amizade, compreensão e garra na luta diária por uma vida mais justa e de Paz.

Em especial ao meu orientador, professor Dr. Ricardo Antunes de Sá, por possibilitar o desenvolvimento de um trabalho que de fato faz sentido tanto na vida acadêmica quanto na vida em sociedade, além de acreditar na possibilidade de resgate de alguns valores necessários para uma formação mais humanizadora e por possibilitar momentos de diálogo, respeito e ética durante toda a construção deste trabalho. Seu carinho e respeito pelo trabalho que realiza na Universidade e com relação à temática Educação para a Paz nortearam e incentivaram o caminho para este trabalho ser concretizado.

Meu especial agradecimento e admiração à professora Dra. Maria de Fatima Quintal de Freitas, por toda ética, solidariedade e respeito durante o curso de Pedagogia e nos momentos de diálogo e de prática do Projeto PIBID Interdisciplinar 2, que fortaleceu minha base de formação docente quanto aos Direitos Humanos, Solidariedade e Autonomia, também contribuindo

imensamente para a escolha da temática Educação para a Paz. Tenho muito a agradecê-la pelo companheirismo e conselhos que proporcionaram o fortalecimento da minha identidade e compromisso com questões políticas, sociais, com a formação humana e a Psicologia Social Comunitária, etc. Professora Fatima, você é uma pessoa admirável e inesquecível! Sou grata pelo convite em participar de um Projeto maravilhoso como o do “PIBID: Solidariedade e Direitos Humanos”, pois de fato faz a Diferença para a formação docente e discente, contribuindo imensamente para elevar a qualidade da educação básica no Brasil e da formação dos (as) graduandos (as) de Pedagogia, Filosofia e Ciências Sociais.

À professora Dra. Eliane Alves Precoma pela disposição em participar da banca do TCC e por desempenhar um trabalho maravilhoso na UFPR e em projetos que promovem o incentivo à cidadania para além da Universidade. Grata também por sua leitura cuidadosa e aprofundada desta pesquisa, pois contribuiu imensamente com suas observações e indicações de mais autores (as) para continuidade e aprofundamento da pesquisa.

Com imenso agradecimento ao professor Dr. Joe Garcia, por indicar escolas para a concretização desta pesquisa e pelo excelente trabalho que desenvolve.

Com carinho e admiração à professora Jordana Stella Botelho, pelas aulas dialogadas e por sempre demonstrar compreensão, participação e respeito pela profissão e formação mais humana dos discentes. Sentirei saudades do carinho e recepção calorosa com todas (os). Obrigada por reservar um tempo para conversar com cada um de nós e sempre perguntar se estava tudo bem, além de compartilharmos sorrisos e lágrimas...

Com imenso carinho a todas (os) docentes que tive durante a graduação pelo imenso compromisso e dedicação à profissão, pois contribuíram muito para minha formação e serão, todas (os), inesquecíveis para mim.

Também aos demais funcionários (as) da Universidade Federal do Paraná, pois contribuíram cada um de maneira especial para minha formação, em especial ao Joãozinho, por sempre me ajudar a instalar os equipamentos para as apresentações na UFPR.

Ao Instituto Não-Violência, por ter contribuído com minha formação docente em Direitos Humanos e a Não-Violência nas escolas, através dos

cursos que pude fazer nesta ONG e por estarem sempre dispostos a compartilhar ideias.

A todos (as) os (as) entrevistados (as), comunidades escolares e comunidade do entorno das escolas pesquisadas, pela confiança e recepção calorosa e por também acreditarem na possibilidade de relações mais dialógicas e solidárias, através dos trabalhos que realizaram ou que estão realizando nas escolas públicas de Curitiba.

De anônimas gentes, sofridas gentes, exploradas gentes aprendi sobretudo que a Paz é fundamental, indispensável, mas que a Paz implica lutar por ela. A Paz se cria, se constrói na e pela superação de realidades perversas. A Paz se cria, se constrói na construção incessante da justiça social. Por isso, não creio em nenhum esforço chamado de educação para a Paz que, em vez de revelar o mundo das injustiças, torne-o opaco e tenda a cegar suas vítimas.

Paulo Freire

Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar.

Nelson Mandela

RESUMO

A pesquisa desenvolvida teve como objetivo a caracterização dos projetos sobre a “Educação para a Paz”, desenvolvidos nas Escolas Municipais do Ensino Fundamental de Curitiba. Realizou-se revisão de literatura sobre a temática “Educação para a Paz” (JARRES, 2002; BELTRAME, 2007; GUIMARÃES, 2011; FREIRE, 2014; BRASIL, 1996, 2013, 2014). A metodologia da pesquisa desenvolvida foi com base na pesquisa qualitativa (ANDRÉ, 2005; DEMO, 2001; GIL, 2009; LUDKE; ANDRÉ, 1986; MONTEIRO, 1991), através de entrevistas com questionário semi-estruturado. A pesquisa de campo desenvolveu-se junto a 4 (quatro) escolas públicas municipais de Curitiba no sentido de caracterizar os Projetos de Educação para a Paz. Procurou-se verificar quando e como foram desenvolvidos; quem trabalhou; quais foram os materiais utilizados; quais foram as dificuldades enfrentadas; quais foram os resultados positivos/negativos para os alunos das escolas e para a comunidade local/famílias. O que se concluiu é que apesar de serem pouquíssimas escolas municipais que estão desenvolvendo Projetos com a temática “Educação para a Paz”, todas obtiveram ganhos significativos, principalmente, quando o trabalho é realizado em conjunto com toda a escola em parceria com a comunidade local/famílias, segundo as entrevistadas.

Palavras-chave: Educação para a Paz. Solidariedade. Direitos Humanos. Não-violência. Cidadania.

ABSTRACT

The research conducted was aimed at characterizing the project on "Education for Peace", developed in Municipal Schools of Curitiba. We conducted a literature review on the topic "Education for Peace" (JARES, 2002; BELTRAME, 2007; GUIMARÃES, 2011; FREIRE, 2014; BRAZIL, 1996, 2013, 2014). The research methodology was developed based on qualitative research (ANDREW, 2005; DEMO, 2001; GIL, 2009; LUDKE; ANDRE, 1986; MONTEIRO, 1991), through interviews with semi-structured questionnaire. The field was developed with four (4) public schools in Curitiba in order to characterize the Education Project for Peace tried to see when and how they were developed; whom he worked; What were the materials used; What were the difficulties faced; What were the positive / negative outcomes for students of schools and the local / community families. What we found is that although they are very few public schools that are developing projects with the theme "Education for Peace", all achieved significant gains, especially when work is performed in conjunction with the whole school in partnership with local community / families, according to the interviewees.

Keywords: Education for Peace Solidarity. Human Rights. Non-violence. Citizenship.

\

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 OBJETIVO GERAL.....	15
2.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	15
3 DELIMITAÇÃO DO TEMA.....	15
4 REVISÃO DE LITERATURA.....	21
4.1 A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PARA A PAZ.....	21
4.1.1 PRIMEIRA ONDA.....	22
4.1.2 SEGUNDA ONDA.....	24
4.1.3 TERCEIRA ONDA.....	25
4.1.4 QUARTA ONDA.....	26
4.2 DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS.....	27
4.3 ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS.....	28
4.4 CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO PARA A PAZ.....	30
4.5 EDUCAÇÃO PARA A PAZ E A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA.....	35
4.6 PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO.....	36
4.7 DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS.....	37
6.1 PROJETOS DE EDUCAÇÃO PARA A PAZ NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE ENSINO FUNDAMENTAL DE CURITIBA.....	44
6.2 PROJETOS EM SI.....	46
6.2.1 MATERIAL DIDÁTICO.....	48
6.2.2 CONTRIBUIÇÃO DO PROJETO – ESCOLA E COMUNIDADE.....	49
6.2.3 MOTIVAÇÕES E DESAFIOS DO PROJETO.....	50
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
REFERÊNCIAS.....	57
APÊNDICE.....	61
ANEXO.....	63

1 INTRODUÇÃO

Ao fazer uma análise sobre a temática Educação para a Paz a pesquisadora pôde refletir que o tema esteve presente em todo seu desenvolvimento escolar, tendo em vista muito do seu descontentamento com a violência, preconceitos e desigualdades sociais presentes nas realidades que vivenciou desde a infância nas escolas públicas da região metropolitana de Curitiba, principalmente. Neste sentido, a temática “inconscientemente” já era questão a ser debatida e divulgada por ela.

Na trajetória como estudante de Pedagogia a pesquisadora teve a oportunidade de conhecer excelentes professores (as), mas foi em 2012 que ela recebeu o convite, da professora Dr. Maria de Fatima Quintal de Freitas, para participar do “Projeto PIBID Interdisciplinar 2: Solidariedade e Direitos na Escola e na Comunidade” e que possibilitou o “despertar” de princípios éticos/solidários em todo trabalho escolar ou não-escolar durante a graduação.

A pesquisadora, ao entrar para o PIBID/UFPR (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência) revelou que foi de grande significado e relevância para iniciar sua formação como estudante e pesquisadora, pois acreditou na possibilidade de Programas como este contribuírem para ampliar a formação acadêmica e elevar a qualidade da educação básica nas escolas públicas brasileiras. Ela analisou o Programa PIBID como uma extensão à formação acadêmica, possibilitando aliar teoria e prática no processo de ensino e aprendizagem durante o desenvolvimento de Projetos no Programa, além de fomentar o incentivo à pesquisa e compromisso social, o que tornou-se gratificante, para a pesquisadora, participar do Programa e perceber que o PIBID promoveu o elo entre universidade, escola e comunidade em muitos subprojetos e fortaleceu a autonomia financeira de muitas mulheres do curso de Pedagogia, possibilitando, desta forma, que continuassem seus estudos.

Participar do Projeto Interdisciplinar 2, da professora Dr. Maria de Fatima Quintal de Freitas, com proposta de trabalhar, dentro da escola, com uma perspectiva de formação em Direitos Humanos e Construção de Redes de Solidariedade, além da produção de materiais didáticos/pedagógicos relacionados ao tema a partir do diagnóstico da realidade de cada escola/sala de aula, significou muito para a formação acadêmica, para vida social, para

(trans) formação de idéias, subjetividades e formação mais humana da pesquisadora. Também despertou uma necessidade de desenvolver cada vez mais atividades relacionadas aos Direitos Humanos e Redes de Solidariedade no campo de estágio obrigatório durante o curso de Pedagogia, pois a base filosófica Freireana e da Psicologia Social Comunitária do Projeto abriu possibilidades de se pensar e por em prática a construção de uma rede de solidariedade cada vez maior em vários espaços da sociedade, mas principalmente nos ambientes escolares com sua comunidade, contribuindo desta forma, para ampliar a visão para a formação de sujeitos mais éticos e solidários.

Foi também no decorrer das aulas do estimado professor Dr. Ricardo Antunes de Sá, que a pesquisadora também teve a oportunidade de vivenciar em suas aulas: o respeito, a ética e o compromisso com a verdade no campo educacional, pois a relação entre o “falar e o fazer” esteve presente em todos os seus ensinamentos. Seu compromisso com uma educação emancipadora e dialógica, os momentos de diálogo em suas aulas, além de sua afinidade e trabalho apresentado no I Seminário de Educação para a Paz (TUIUTI, 2013), sobre “Contribuições Acadêmico-Pedagógicas para a Educação para a Paz”, também contribuíram muito para que a pesquisadora pudesse encaminhar o Trabalho de Conclusão de Curso na mesma temática.

Como pesquisadora no Projeto PIBID Interdisciplinar 2 da professora Dr. Maria de Fatima Quintal de Freitas, a relação da temática com as aulas durante os ensinamentos do professor Dr. Ricardo Antunes de Sá, além da formação em Direitos Humanos e Não-violência nas escolas através dos cursos realizados no Instituto Não-violência, contribuíram para o Trabalho de Conclusão de Curso na perspectiva de ampliar o conhecimento sobre Direitos Humanos e Paz nas escolas de Curitiba e caracterizar os Projetos existentes relacionados à temática.

Neste sentido, o presente Trabalho de Conclusão de Curso pretendeu realizar uma pesquisa nas Escolas Municipais de Curitiba sobre Projetos desenvolvidos ou que ainda estão em desenvolvimento com a temática Educação para a Paz. Buscou-se compreender como são ou foram desenvolvidos e implantados estes projetos, objetivando caracterizar os projetos pesquisados, fazer revisão de literatura especializada de Documentos

que fazem referência à temática para posteriormente refletir sobre as particularidades, as demandas e os resultados obtidos nas escolas pesquisadas buscando sempre relacionar com uma formação mais humanizadora, dialógica.

Partindo desta primeira idéia de pesquisar sobre a temática Educação para a Paz analisa-se primeiramente que ao longo da história na maioria dos países do mundo o sonho pela Paz mundial tem sido marcada por numerosas lutas, pois há grande conflito de interesses, tanto político, quanto cultural, econômico, social, etc. Conflitos estes que tem gerado também grandes contradições e fragmentação dos saberes, das relações, da humanização e individualidade entre as pessoas.

Vive-se hoje em uma sociedade brasileira marcada por contradições e desigualdades sociais que estão em constante (trans) formação em diversos seguimentos e isso nos leva a pensarmos que cidadão ou cidadã queremos formar em nossas escolas e de que forma Projetos de Educacao para a Paz contribuem, ou não, para uma formação mais humana, tendo sempre em mente que os seres humanos estão em constante desenvolvimento político, social, cultural, etc.

Desta forma a temática Educacao para a Paz inserida nas escolas poderia ser pensada se de fato contribui para análise, reflexão e ação do fator humanizador levando em consideração as relações macro e micro sociais em toda a complexidade e diversidade humana na (s) sociedade (s). Estas e outras questões puderam ser analisadas durante a pesquisa e conclui-se que a temática Educação pra a Paz tem contribuído de forma significativa nas escolas pesquisadas e que estão engajadas com o compromisso social, ético e político para a (re) construção da Paz nos ambientes escolares.

A pesquisa foi construída no sentido de fazer primeiramente uma delimitação do tema com a formação pedagógica e a educação com base em princípios gerais sobre Direitos Humanos e Paz.

Posteriormente foi realizada a revisão de literatura, favorecendo a descrição das etapas históricas da Educação para a Paz, antes das contribuições sobre conceitos de Educação para a Paz, segundo alguns humanistas e autores relevantes na história da Educação.

A próxima etapa foi analisar a temática com documentos oficiais, incluindo a Constituição Federal, antes da realização e descrição da pesquisa de campo. O trabalho finaliza com esta pesquisa, seguida de conclusões referentes ao quadro atual das realidades pesquisadas e sobre a educação brasileira no sentido de construção de uma Educação para a Paz desenvolvida com intuito de formar cidadãos mais conscientes de seu papel político, social e humanizador.

2 OBJETIVO GERAL

Caracterizar os projetos de Educação para a Paz nas escolas municipais de Curitiba.

2.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Realizar uma revisão de literatura sobre o tema Educação para a Paz;

Fazer um levantamento das escolas municipais de Curitiba que desenvolvem projetos de Educação para a Paz e descrever como tem sido implantado os projetos de Educação para a Paz nestas escolas;

Analisar os resultados obtidos pelas escolas com os projetos de Educação para a Paz.

3 DELIMITAÇÃO DO TEMA

A temática Educação Para a Paz nas Escolas Municipais de Curitiba tem de fato uma demanda? Qual é o objetivo de se trabalhar a Paz em contexto histórico de conflito de interesses, contradições e desigualdades sociais, como no caso do Brasil, sobretudo na realidade atual da cidade de Curitiba? Trabalhar com esta temática tem surtido efeitos significativos para uma formação mais humanizadora, mais ética e de busca pela Paz nas escolas? O que e como tem sido realizado esses trabalhos nestas escolas de Curitiba?

Com relação à importância da pesquisa que trata sobre a Educação para a Paz no campo da Pedagogia, entende-se que poderá contribuir para o desenvolvimento da capacidade científica e crítico-reflexiva dos acadêmicos do Curso de Pedagogia, bem como, discute uma temática com relevância social que é a Educação para a Paz no contexto contemporâneo. A pesquisa

procurou traçar um panorama geral dos trabalhos desenvolvidos com base em conceitos e/ou práticas de Educação para a Paz nas Escolas Municipais de Ensino Fundamental de Curitiba.

Acredita-se na importância de se pesquisar sobre a temática Educação para a Paz nos dias atuais com intuito de contribuir e possibilitar maiores reflexões e ações sobre a Formação Humana nas escolas com intenção de fomentar idéias sobre a formação de cidadãos mais conscientes de seu papel político, social e humanizador para se viver em um mundo com menos violência e pessoas mais solidárias.

Cabe ainda salientar que “[...] a educação é absolutamente necessária, dada a natureza dos seres humanos, como seres inconclusos e conscientes disto [...]” (FREIRE, 2014, p.26).

A educação para a paz é um processo de busca diária por boas ações e pode ser vista, como aponta Guimarães (2011, p. 253), “[...] como um aspecto importante do movimento pacifista”. Guimarães relata ainda que o movimento pacifista de 1999 em Haia:

[...] lançou a Campanha Mundial de Educação para a Paz, na convicção de que não haverá paz sem educação para a paz, com o duplo objetivo de criar reconhecimento público e suporte político para a introdução da educação para a paz em todas as esferas da educação, incluindo a educação não formal, em todas as escolas do mundo, e de promover a educação de professores para que possam ensinar a paz. (*Idem, ibidem*, p. 253).

Neste sentido, a atuação pedagógica em uma escola requer um trabalho diário que valorize e fomente uma Cultura de Paz, com intuito de contribuir com o processo de construção de novos olhares sobre a Educação para a Paz nas escolas, possibilitando uma Formação mais Humana.

Desta forma, é imprescindível o comprometimento dos (as) profissionais da educação neste sentido de luta por uma educação que respeite, acima de tudo, os Direitos Humanos de cada cidadão, e que estejam dispostos a transformar sua prática, pois como relata Paulo Freire:

Não creio em nenhum esforço chamado de educação para a Paz que, em vez de revelar o mundo das injustiças, torne-o opaco e tenda a cegar suas vítimas. (FREIRE, 1986, p. 46).

Desta forma, a atuação do (a) pedagogo (a) requer uma perspicácia e trabalho minucioso, pois os conhecimentos, as relações humanas e o desenvolvimento da (s) sociedade (s) formam um grande complexo e:

[...] há complexidade quando elementos diferentes são inseparáveis constitutivos do todo (como o econômico, o político, o sociológico, o psicológico, o afetivo, o mitológico), e há um tecido interdependente, interativo e interretroativo entre o objeto de conhecimento e seu contexto, as partes e o todo, o todo e as partes, as partes entre si. Por isso, a complexidade é a união entre a unidade e a multiplicidade. (MORIN, 2011, p.36).

O pedagogo poderá promover e integralizar os diferentes processos de ensino e aprendizagem de acordo com o contexto de cada comunidade escolar e o entorno da escola através da “ação-reflexão-ação” (SCHMITT, 2011, p. 65) apoiando-se “[...] nas ciências da educação sem perder sua autonomia epistemológica e sem reduzir-se a uma ou outra, ou ao conjunto dessas ciências” (FRANCO; LIBÂNEO; PIMENTA, 2007, p. 77).

Neste sentido, a atuação do (a) pedagogo (a) requer competência para atuar em várias áreas da prática educativa e trabalhar com a temática Educação para a Paz abre um grande leque de possibilidades e “[...] objetivos de formação humana definidos em sua contextualização histórica”. (LIBÂNEO, 1992, p.116-117).

Cabe destacar que muitos Pedagogos (as) relutam em mudar sua forma fragmentada de pensar a educação no século XXI, mas pensar na Educação para a Paz já é um pressuposto para repensá-la como um todo complexo e não fragmentado e também caminha para mudanças de visão, atitudes, comportamento, sonhos, enfim,

Se em algum momento eu começasse a acreditar que é impossível mudar não haveria mais razão para que eu continuasse a trabalhar, não haveria mais esperança. Se a mudança não for possível e se não houver esperança, so resta o cinismo. Se nós cairmos no cinismo, no fatalismo, nós morremos apesar de estarmos vivos. (FREIRE, 2014, p.85).

Portanto, trabalhar com a temática Educação para a Paz hoje requer profissionais da educação engajados em mudanças de percepção política, social, cultural, econômica, etc. e que acreditem na possibilidade de novos

Projetos que fortaleçam a solidariedade e cooperação, com intuito de reduzir a violência, não os conflitos, nas escolas.

Há grande importância de se trabalhar a temática Educação para a Paz na escola hoje, pois se faz refletir, subjetiva e objetivamente, sobre os Direitos Humanos, Cidadania, Solidariedade, Ética, etc. de forma local e global, destacando-se a importância de o profissional da educação tomar conhecimento destes valores através, por exemplo, da Declaração Universal dos Direitos Humanos no sentido de que:

[...] cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforce, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional. (D.U.D.H., 1998, pg.2).

Espera-se que esses profissionais, a partir do conhecimento desta Declaração, se envolvam mais e desempenhem novas ações e novos pensares utilizando-se de “[...] um método científico que possibilite captar a dimensão pedagógica implícita em todos os processos educativos (escolares e não-escolares)” (SÁ, 2008, p. 61), para melhor desenvolvimento de Projetos com a temática Educação para a Paz, pois é preciso, como argumenta Morin (2010,p.13), “[...] criar espaços dialógicos, criativos, reflexivos e democráticos capazes de viabilizar práticas pedagógicas fundamentadas na solidariedade, na ética, na paz e na justiça social”.

Pensar em novas práticas pedagógicas que viabilizem Projetos de Educação para a Paz para uma educação transformadora requer pensar basicamente em uma educação pautada na solidariedade, que segundo Freire (2014, p.80), “[...] anda de mãos dadas com a consciência crítica”. Portanto há necessidade de se pensar em como desenvolver um processo pedagógico fundamentando na:

[...] condição humana, no desenvolvimento da compreensão, da sensibilidade e da ética, na diversidade cultural, na pluralidade de indivíduos, e que privilegie a construção de um conhecimento de natureza transdisciplinar, envolvendo as relações indivíduo ↔ Sociedade ↔ natureza. Esta é uma condição fundamental para a construção de um futuro viável para as gerações presentes e futuras. (MORIN, 2010, p.13).

José Carlos Libâneo defende que a Pedagogia tem uma peculiaridade, que é a de ser responsável pela “[...] reflexão problematizadora e unificadora dos problemas educativos para além dos aportes parcializados das demais ciências da educação [...]” e que ela, a Pedagogia, “[...] institui-se como campo próprio de investigação para possibilitar um tratamento globalizante e intencionalmente dirigido dos problemas educativos”. (LIBÂNEO, 1992, p.119).

Desta forma, tem-se uma perspectiva de se pensar a Pedagogia como meio fundamental para se pensar na (re) construção de saberes, em novas possibilidades no campo da Educação, com compromisso social através da escola. Entretanto, é preciso levar em consideração que esse novo pensar requer um trabalho diário e contínuo, que pense na Educação para a Paz como um meio de se pensar a Formação Humana, refletindo sobre o que relata Freire:

[...] precisamos desde a mais tenra idade, formar as crianças na cultura da paz que necessita desvelar e não esconder com criticidade ética as práticas sociais injustas, incentivando a colaboração, a tolerância com o diferente, o espírito de justiça e de solidariedade. (FREIRE, 2006, p.387-393).

Pode-se pensar desta forma em possibilidades de desenvolver nos ambientes escolares, desde a educação infantil, uma cultura da paz, que promova tanto a reflexão quanto a criticidade sobre o mundo, sobre as relações, sobre a política, as culturas, etc. Desta forma, um cidadão que saiba seu papel dentro da sociedade, principalmente com relação aos seus direitos e deveres, e que desenvolva desde a infância o espírito de justiça e de solidariedade, estará mais apto (a) a tolerar as diferenças dentro e fora da escola, bem como resolver melhor seus conflitos com outras pessoas. Segundo Sá (2012, p. 108):

A escola deve preparar o homem/mulher para os enfrentamentos da vida; para a sobrevivência da espécie; para a compreensão do outro, do diferente, da diversidade, num processo onde se impõe o diálogo permanente com a diferença (diferente) para podermos manter a unidade. E escola tem o papel institucional e social de preservar os princípios éticos de convivência democrática [...].

Uma educação pautada na solidariedade com propósitos à Educação para a Paz requer uma formação humana que respeite os Direitos Humanos.

Desta forma, a escola poderá contribuir com esta formação, respeitando também o que as Diretrizes Curriculares Nacionais já apontam sobre como pode ser trabalhado os Direitos Humanos na escola, da Educação Básica ao Ensino Superior:

Pela transversalidade, por meio de temas relacionados aos Direitos Humanos e tratados interdisciplinarmente; como um conteúdo específico de uma das disciplinas já existentes no currículo escolar; de maneira mista, ou seja, combinando transversalidade e disciplinaridade. (BRASIL, 2013, p. 525).

Guimarães (2011, p.280) contribui com a temática quando diz que “[...] para ser criativo e propositivo, qualquer projeto de paz tem que estar firmemente baseado numa visão de possibilidades”. Ou seja:

[...] é necessário estimular as pessoas e os grupos a argumentarem esse projeto, a darem à paz contornos mais definidos, enfim, os indivíduos a sonharem, a tomarem valor de suas visões e das dos outros, tanto no que se refere a algo pessoal como naquilo que corresponde à escola, à comunidade local ou a todo planeta. (GUIMARÃES, 2011, p. 281).

Possibilitar um ambiente mais harmonioso e de paz na escola consequentemente refletirá em profissionais mais engajados na luta por uma concepção de educação que não admite violência, que respeite as diferenças, que pense em novas possibilidades de educação pautada em Valores mais condizentes à Paz e à esperança por uma educação mais horizontal e dialógica, contribuindo desta forma, para o bom desenvolvimento dos profissionais da educação e de seus alunos (as), bem como de toda comunidade escolar e local. Ou seja, construir um “Pacto de Convivência”, como defende Milani (2004, p. 9), “[...] torna-se necessário na contemporaneidade, pois “constitui-se numa estratégia de prevenção de conflitos – entre estudantes, entre professores, entre professores e estudantes, entre o alunado e as escola, entre os pais e a escola”.

4 REVISÃO DE LITERATURA

4.1 A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PARA A PAZ

O autor Xesús Jares descreve claramente o processo de desenvolvimento histórico da Educação para a Paz, destacando alguns tópicos principais para uma visão ora macro e, em outros momentos, uma visão mais minuciosa e crítica.

Inicialmente, Jares faz um breve relato sobre dois acontecimentos importantes que antecederam as primeiras tentativas de fundamentar a Educação para a Paz, psicopedagogicamente falando. Esses dois acontecimentos se referem ao “Legado da Não-Violência” e à “Contribuição Pedagógica”, respectivamente.

Com relação ao primeiro, Jares (2002, p. 21) faz referência à Vidal (1971, p.173) para exemplificar que foi no antigo Oriente, que surge a paidéia religiosa com o primeiro exemplo de não-violência, como valor educativo e relata, ainda, que foi no século VI a.C., que Maavira destaca o princípio didático de ainsa (não-violência). Na sequência Jares cita Buda que conseguiu unificar para todas as pessoas, os conceitos de ainsa e piedade. Lembra ainda a importante doutrina de Cristo que promove valores de paz, da justiça, e do sentimento de comunidade e amor fraterno entre todas as pessoas.

Neste contexto Guimarães (2011, p. 103) contribuiu ao descrever que “O próprio evento Jesus de Nazaré é lido a partir da categoria da Paz, como alguém que derruba fronteiras e limites e recusa a guerra e a violência”.

Voltando à narrativa de Jares, neste período houve grande diversidade de enfoque religioso, filosófico e social permeando instituições religiosas que posteriormente influenciaram na educação, como, por exemplo, o “pacifismo educativo neocristão”, de Erasmo de Roterdã e Juan Luis Vives, no Século XVI, (p. 22). Jares (2002) destaca ainda o período do século XIX, que contou com Tolstói e Tagore, duas pessoas que contribuíram para a origem da Educação para a Paz, embora com caráter religioso. No caso de Tolstói, os princípios educativos tem como base a ideia deísta-cristã que recusa todo o tipo de violência e tem influência de J.J. Rousseau. Já Tagore, que viveu entre 1861 e 1941, fundou a Casa da Paz, em Bolpur, na Índia, e acreditava que o mundo

poderia ser transformado com uma “nova” educação, assim como os princípios da Escola Nova.

Jares (2002) finaliza este tópico destacando que entre os antecedentes educativos, como no caso da não-violência, uma pessoa de grande destaque para a história, foi Mahatma Gandhi.

Com relação ao segundo acontecimento, que se refere à contribuição pedagógica, o autor destaca dois precursores da educação que respeitam as crianças, que diz respeito à fraternidade universal e à união com a natureza. Estes pioneiros são Comenius, que viveu entre 1592 e 1690, fundou a Pedagogia como ciência, e Rousseau, nascido em 1712 e falecido em 1778, precursor da Escola Nova. Comenius considerava que era preciso pensar em toda a humanidade, como algo em comum a todas as pessoas, pela pansofia (ciência universal) e a educação para se chegar à paz, com proposta de criação de um organismo internacional, um “Tribunal da Paz”.

Com relação a Rousseau, Jares (2002, p. 26) descreve que este também escreveu sobre a paz e a guerra, assim como Comenius, e propôs alguns tratados de paz. Nesta fase, reascende-se o utopismo pedagógico que se contextualizará a Escola Nova¹.

Xesús Jares (2002) divide em seu livro “Educação para a Paz: Sua Teoria e Sua Prática”, o desenvolvimento histórico da Educação para a Paz em quatro grandes ondas: nova maneira de pensar a educação pela chamada Escola Nova; o surgimento da UNESCO; o legado da não-violência e as pesquisas para a paz como nova disciplina.

Pretende-se um breve relato sobre cada uma destas “Ondas” que Jares organizou, para melhor compreensão dos momentos em que a Educação para a Paz foi se desenvolvendo e caracterizando.

4.1.1 Primeira onda

A assim chamada “Primeira Onda”, segundo Jares (2002, p.27), foi o momento histórico em que esteve presente a Escola Nova no século XX. Neste

¹ Escola Nova é um dos nomes dados a um movimento de renovação do ensino que ocorreu na Europa, na América e no Brasil, na primeira metade do século XX . Também nomeada por: "Escola Ativa" ou "Escola Progressiva.

período acreditava-se que a escola formava para a passividade e que não havia desenvolvido o espírito crítico nem a solidariedade e considerava-se que por este motivo surge a Primeira Guerra Mundial, por isto, após a guerra, acreditavam que através desta mesma escola poderiam reeducar alunos (as) para evitar novas guerras, portanto passou-se a uma especial atenção para a educação social e convivência harmoniosa através da revisão dos planos e métodos de ensino. Neste mesmo período a psicologia também influenciou, pois afirmava-se que era nos primeiros anos de vida que se formava a personalidade da criança para sua vida adulta. Foi na França em 1921 que o movimento da Escola Nova se concretiza com o I Congresso Internacional de Educação e se implementou em 20 países.

Em 1926 S. Sherman, chefe do Departamento de Educação da Liga das Nações, propõe que a educação tenha como base a vida real e que no currículo escolar sejam agregadas formas de sensibilizar para evitar a guerra e favorecer a unidade internacional. Neste mesmo ano, segundo Jares, surge como resultado positivo, a Oficina Internacional de Educação (OIE) pelo movimento pedagógico através do Instituto Genebrino J.J. Rousseau.

O autor contribui ainda destacando que no período da Escola Nova, a Educadora Maria Montessori é referência para difundir a educação para a paz, no sentido de constituir a paz a partir das relações e dos conflitos e que paz é evitar a guerra, mas destaca um utopismo pedagógico no pensamento de Montessori ao pensar que a educação é o melhor meio para se conseguir a paz.

Outro educador que Jares (2002 p.47 a 54) considera importante destacar é Célestin Freinet, que entre outros pedagogos da Escola Moderna, tem a educação para a paz nas perspectivas associativa, sindical e sociopedagógica. Este educador, segundo o autor, contribuiu com o movimento cooperativo a favor de uma escola comprometida com a luta pela paz em 1957 na reunião de Nantes, na França, para constituir a Federação Internacional de Movimento da Escola Moderna (FIMEM).

4.1.2 Segunda onda

O segundo momento histórico que Jares (2002, p.55) destaca é em relação ao surgimento da UNESCO em 1945. Relata o autor que após a Segunda Guerra Mundial, houve uma nova fase de conflitos internacionais e surge uma proposta de promover uma política internacional que superasse o sistema estado-nação e que no campo educativo, políticos, educadores e muitas outras pessoas novamente focam os olhares para o sistema educativo, assim como aconteceu após a Primeira Guerra mundial.

Jares (2002, p. 56) relata que havia a necessidade de substituir a Sociedade de Nações por outros organismos mais eficientes que pudessem evitar outra catástrofe. Com esta finalidade é que foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945, tendo como um dos grandes objetivos, focar nos problemas educativos por meio da Organização para a Ciência, a Cultura e a Educação (UNESCO) em favor da Paz.

Esclarece Beltrame (2007, p.30) que a UNESCO tem um importante trabalho que “prossegue na atualidade, tanto no terreno normativo como no estímulo de programas, campanhas e materiais didáticos para educar para a paz” e relata ainda que na concepção da UNESCO, educar para a paz “é a convivência pacífica entre os cidadãos e os povos”.

Segundo Jares, a Unesco tinha como foco principal, três eixos norteadores, em sua primeira fase, com relação à Educação para a Paz:

a) Compreensão internacional e consciência supranacional; b) Ensino relativo ao sistema de Nações Unidas e organismos internacionais; c) Ensino relativo aos direitos humanos. Estes três eixos foram associados ao artigo 26, parágrafo segundo, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada em 10 de dezembro de 1948. (JARES 2002, p. 57).

Depois a educação para o desarmamento foi incorporada como um dos principais componentes da Educação para a Paz.

Com relação ao Plano de Escolas Associadas em 1974, o autor menciona que quem já fazia parte destas escolas deveriam intensificar e renovar seus esforços para ampliar o programa em outras instituições educacionais e deveria ser realizado também nos demais Estados-membros o

mais rápido possível. O Plano foi criado pela Conferência Geral da Unesco em 1953, mas destaca-se que mesmo cada escola tendo competência para realizar as próprias atividades, recomendava-se que tivesse como base quatro grandes temas: a) Os problemas mundiais e a função do sistema das Nações Unidas; b) Os direitos humanos (mulher, autodeterminação, minorias, imigrantes, emprego e desemprego...); c) Outros países e culturas (compreensão internacional, direito a ser diferentes, intercâmbios); d) O homem e seu meio.

4.1.3 Terceira onda

A Educação para a Paz a partir da Não-violência, pretende ser um programa construtivo de ação, um pensamento novo e uma nova concepção de homem e de mundo, ou seja, a Não-violência era considerada mais como um desafio à passividade do que à violência. Neste sentido, destacava-se a figura da ideologia da Não-violência e educação de Gandhi.

Segundo Jares (2002, pg.71), Mohandas Karamanchand Gandhi, nascido em 1869, adotou em suas ações a filosofia “nãoviolenta”, a convicção religiosa oriental e o cristianismo por uma educação voltada ao trabalho manual e de uma vida simples. O autor relata ainda que na campanha de Satyagraha, na Índia, Gandhi desenvolveu a técnica da não-cooperação e a desobediência civil, influenciando desta forma na educação, pois estaria ensinando o povo a ter autonomia e afirmação pessoal para se conquistar a liberdade. Jares (2002) cita contribuições de outros autores não-violentos como: “Vinoba, Lanza del Vasto, Luther King, J.M.Muller, J.Sémelin, etc.” (p. 71).

Um princípio que cabe ser destacado do pensamento educativo de Gandhi é sobre o cenceito comunitário de educação, pois para ele “[...] não apenas a escola deve estar aberta e integrada a seu meio como a educação não pode ser responsabilidade exclusiva da escola; toda a comunidade deve participar dela [...]” (JARES, 2002, p. 71).

Dentre os eventos e autores que contribuíram para a não-violência, destacam-se ainda na descrição de Jares, a Sociedade dos Amigos (Quacres) que no plano educativo seguiam os princípios da sinceridade, da liberdade de consciência e da negação a recorrer à violência.

Foi em 1969 que um pequeno grupo de Quacres formaram o programa “Nãoviolência e infância” e que havia a participação conjunta de crianças, pais e professores para o desenvolvimento de atitudes e condutas não-violentas, com objetivo de resolver conflitos de forma não-violenta por meio de técnicas e jogos cooperativos. Outra contribuição é a Escola do Arca, criada em 1948, na França, que além de fomentar a autonomia e a iniciativa como bases fundantes da não-violência, “[...] realiza-se uma simbiose no plano didático com as técnicas da Escola Nova, fundamentalmente de Maria Montessori, e da Escola Moderna, de Célestin Freinet [...]” (JARES, 2002, p. 73).

Sobre a Itália, Jares faz referência ao trabalho pedagógico de três grandes pedagogos: Lorenzo Milani, Danilo Dolci e Aldo Capitini, que tinham o compromisso com a não-violência através da educação para o conflito e a desobediência.

A Escola Martin Luther King, fundada em 1968 vem desenvolvendo várias atividades educativas e culturais na escola em favor dos direitos civis e da luta social. Com relação ao “Dia Escolar da Não-Violência e da Paz” (DENP), este foi criado em 1964, por Lorenzo Vidal, com intuito de levar os educandos a refletirem que “[...] o amor é melhor que o ódio, a não-violência é melhor que a violência, e a paz é melhor que a guerra [...]” (VIDAL *apud* JARES, 2002, p. 77) e surge também os “Grupos de Amigos da Não-violência e da Paz” (GANP), para a realização de atividades extra-escolar entre os jovens para a promoção da idéia da não-violência e por fim, “O MOC” (Movimento dos Opositores de Consciência) e outros grupos não-violentos.

4.1.4 Quarta onda

A última “Onda” se refere a Educação para a Paz a partir da Pesquisa para a Paz, e esta pesquisa surge como nova disciplina no final da década de 50 (GALTUNG *apud* JARES, 2002, p.81), a partir das tragédias da Segunda Guerra Mundial implicando em mudanças na concepção de estudos sobre a paz e os conflitos. Nessa pesquisa para a Paz Jares cita Johan Galtung para trazer a distinção entre paz positiva e paz negativa. A paz positiva seria no sentido de ausência de violência estrutural e a paz negativa no sentido de ausência de violência direta. Essa distinção provoca divisão de

posicionamentos quanto à Pesquisa para a Paz, pois alguns autores são contra e outros a favor desta distinção.

Foi em 1970 que a Pesquisa para a Paz começa a desenvolver-se pelo International Peace Research Association (IPRA)², que segundo Beltrame (2007, p.35), é um “organismo reconhecido pela Unesco e que exerce até hoje importante papel no fomento e na divulgação de resultados de pesquisas interdisciplinares, sobre as condições de paz e as causas da guerra e de outras formas de violência”.

Surge em Londres, no ano de 1975, a comissão Peace Education Commission (PEC), que vai coordenar e estimular as atividades de Educação para a Paz e do IPRA, reconhecido pela Unesco. As propostas educativas são destacadas pela forte influência de pedagogos do movimento sociopedagógico, como John Dewey e Paulo Freire, que ao utilizar seu conceito de conscientização, destacado em sua obra Pedagogia do Oprimido, busca superar as causas de violência estrutural. Cabe ainda destacar a importância deste educador brasileiro e sua contribuição no sentido da Educação para a Paz, pois em 1986 Paulo Freire recebe o prêmio UNESCO de Educação para a Paz.

Para finalizar esta quarta “Onda”, Jares (2002, p. 85) relata ainda que metodologicamente falando, “ênfatiza-se ainda métodos ativos, dialógicos e socioafetivos que permitem que os alunos experimentem os problemas da sociedade próxima e mundial, a fim de desenvolver comportamentos pró-sociais. A educação para a paz é uma “educação “dá” e “para” a ação, no quadro da esperança de uma sociedade mais justa e respeitosa com os direitos humanos”.

4.2 DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (D.U.D.H) foi elaborada pela Organização das Nações Unidas (ONU) com a intenção de direcionar ações das diversas culturas sobre o que se considera ser razoável no sentido de respeitar os Direitos Fundamentais dos seres humanos, na concepção de Aquino e Araújo (2002, p.11), pois consideram importante:

² Site do IPRA. Disponível em: <http://www.iprapeace.org/>.

[...] apontá-la como um caminho extremamente frutífero a ser adotado por aquelas pessoas interessadas em promover uma educação para a ética, a cidadania e a paz, rompendo assim tanto com valores ideologicamente comprometidos com determinados grupos quanto com valores relativistas que findam por promover o individualismo e a anomia moral. (AQUINO e ARAÚJO 2002, p.11).

Segundo Guimarães (2011, p. 288) “[...] a questão sociocultural mais importante é o debate sobre os direitos humanos, o qual, não obstante os avanços já realizados, ainda aponta para um consenso a ser ratificado e aprofundado”. Para Jares (2011, p.128): “[...] para que se dê uma situação de paz os direitos humanos devem ser cumpridos”.

O Primeiro artigo da Declaração Universal dos Direitos Humanos já sinaliza os três pilares para uma vida em comum justa e digna: liberdade, igualdade e fraternidade, que podem impulsionar para uma ação mais solidária uns com os outros e negar toda forma de opressão e de discriminação, pois parte-se do princípio da equidade, da dignidade e dos direitos (ARAÚJO; AQUINO, 2001, p.30).

4.3 ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

A Organização das Nações Unidas (ONU) foi criada em 1945 e um de seus principais propósitos é manter a paz e a segurança internacionais. Sempre que há risco de disputas se transformarem em guerras, as pessoas e/ou países em oposição são chamados para negociarem ou restabelecer a paz.

Dentre as agências da ONU, tem-se a UNESCO³, com papel fundamental nas áreas da Educação, Ciências Naturais, Ciências Humanas e Sociais, Cultura e Comunicação e Informação. Ela é reconhecida como ‘agência intelectual’ da ONU, ou seja, ela “[...] existe para trazer essa inteligência para a vida; pois é na mente dos homens e mulheres que as defesas da paz e as condições para o desenvolvimento sustentável deve ser construída”.

³ Site da UNESCO. Disponível em: <<http://en.unesco.org/>>.

Entretanto, Jares (2002, p.111) nos faz pensar quanto ao funcionamento da Organização das Nações Unidas:

[...] o problema do terrorismo, assim como o da contaminação do planeta ou o julgamento de todos aqueles que cometem crimes contra a humanidade são aspectos que necessitam de uma resposta global e de Nações Unidas plenamente democráticas e não-atreladas às superpotências. Nesse sentido, consideramos que o objetivo não é pedir seu desaparecimento, mas sim reformas que tornem as Nações Unidas uma autêntica organização internacional, mais democrática, mais operante – e, portanto, com mais recursos [...].

Neste sentido, não se pretende julgar a (in) eficiência da ONU/UNESCO, mas refletir sobre a histórica luta pela Paz mundial e de que meios, formas, e quais humanistas, etc. se teve a contribuição para a construção de um mundo com menos violência e mais justiça social. Por isso é que se salienta a importância de se fazer tentativas de Projetos de Educação para a Paz nas escolas, pois considera-se como uma prática diária em constante (re) aprendizado e conquistas, valorizando aspectos positivos desta luta pela Paz, e, quanto mais órgãos vão ao encontro desta luta, mas há avanços em questões de formação mais humanizadora e dialógica, mesmo que determinados órgãos ainda precisem de melhorias em termos democráticos, efetivos ou ainda com relação à necessidade de mais recursos, etc.

A UNESCO tem trabalhado no sentido da educação em direitos humanos, através do Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos. Segundo esta agência, a educação deve abranger valores como: paz, não-discriminação, igualdade, justiça, não-violência, tolerância e respeito pela dignidade humana. Destaca ainda que a educação de qualidade com base em direitos humanos leva em consideração que os direitos sejam implementados ao longo de todo o sistema de ensino e em todos os ambientes de aprendizagem.

Cabe destacar a importância da influência da UNESCO na área das Ciências Humanas e Sociais no Brasil, pois tem como objetivo de médio prazo:

Difundir conhecimentos e boas práticas de transformações sociais como base para a elaboração e a implementação de políticas públicas em prol da erradicação da miséria, da redução da pobreza e da inclusão social. Ampliar o respeito aos direitos humanos no país, com políticas consolidadas de combate ao racismo e à discriminação, assim como fortalecer as políticas de inclusão da pessoa com

deficiência na vida social e no mercado de trabalho. Promover políticas de prevenção à violência urbana e de promoção da segurança humana, especialmente nas grandes áreas urbanas e metropolitanas do país. Fomentar o debate sobre desafios éticos e sociais emergentes, em especial bioética, e promoção dos valores de cultura de paz, respeito à diversidade e tolerância. (UNESCO, 2013-2015).

A UNESCO também publicou uma coleção de oito livros que contêm um guia e dois manuais para professores com intuito de fornecer subsídios teóricos para cultivar a paz em sala de aula e praticar a não violência por meio de jogos pedagógicos e de algumas atividades sugeridas.

4.4 CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO PARA A PAZ

Antes de partir para uma configuração mais detalhada de alguns conceitos de Educação para a Paz, segundo alguns autores, é de suma relevância a compreensão de que a Educação para a Paz requer comportamentos e atitudes de tolerância que segundo Paulo Freire (2014), é uma virtude da convivência humana, ou seja:

[...] qualidade básica a ser forjada por nós e aprendida pela assunção de sua significação ética – a qualidade de conviver com o diferente. Com o *diferente*, não com o inferior. (FREIRE, 2014, p.23).

Conviver éticamente com o diferente e respeitá-lo, pensando no conceito de Educação para a Paz, será necessário relacioná-lo com os Direitos Humanos que, segundo Jares, “[...] paz e direitos humanos configuram-se como conceitos sinônimos [...]”. Ou seja, “[...] paz, direitos humanos e direito à paz estão tão intimamente interconectados que a realização de uns exige a realização dos outros” (JARES, 2011, p.129). Desta forma:

[...] o conceito de direitos humanos está igualmente associado ao de paz, “já que o estudo da paz configura-se como teoria da liberdade e identidade do homem e a paz abarca tudo o que é necessário para que os homens possam realizar-se plenamente”. (ARENAL *apud* JARES, 2011, p. 128).

Os Direitos Humanos em seu Artigo VI, retrata bem a questão da cidadania, que direta e/ou indiretamente deve-se trabalhar sobre a exclusão social, por exemplo, na Educação para a Paz, e fazendo uma conexão com

este Direito, tem-se outro conceito de Educação para a Paz que, segundo Marchetto (2009, p. 11), “[...] é a busca do respeito mútuo...e [...] perceber e indignar-se diante de qualquer situação de violência física ou psicológica, contra si mesmo, contra o outro ou contra o ambiente” .

Outra contribuição sobre conceito de Educação para a Paz é de Guimarães, que faz referência à Habermas, para explicar que o conflito tem importante papel na construção do “[...] processo de instauração da paz [...]” (HABERMAS *apud* GUIMARÃES, 2001, p.289).

Para dar continuidade a esta análise sobre processo de construção de um conceito de Educação para a Paz que passa agora a ser pautado na reflexão sobre a diferença entre conflito e violência, tem-se a contribuição de Elias (2011, p.36), que traz uma perspectiva das ciências sociais na prevenção da violência escolar em que: “[...] o conflito é próprio da convivência e inevitável. A violência é construída e evitável”. Entretanto, com relação aos diferentes conceitos sobre Paz, cabe salientar que:

Não existe uma idéia universal e precisa, já que, conforme as distintas civilizações e culturas, deparamo-nos com claras diferenças em sua concepção e natureza, o que nos “leva `a obvia necessidade de um diálogo entre civilizações em torno dos conceitos de paz, com o objetivo de chegar a conceitos de paz mais ricos”. (GALTUNG *Apud* JARES, 1981 C).

Nota-se que independente do (s) conceito (s) que cada pessoa ou cada país adota para o significado de Paz, o importante é que haja diálogo entre as nações e entre as pessoas, ou seja, que haja a (re) construção de conceitos sobre Paz e que contribuam para um mundo com menos violência e mais solidariedade, com intuito de haver mais respeito às diversas culturas, religiões (ou não-religião), política, economia, etc. e que prevaleça a defesa dos Direitos Humanos.

Esta construção da defesa destes Direitos tem passado por grandes lutas e conquistas, mas ainda é preciso ser trabalhada diariamente nas escolas, para que cada ser humano possa exercer sua cidadania e contribuir com a formação de um mundo com mais justiça social e de Paz.

Neste sentido, há diversas contribuições de humanistas que contribuíram significativamente na luta por uma Educação para a Paz.

Dentre vários humanistas, cabe compartilhar exemplos de boas ações que contribuíram por mudanças no mundo para um mundo com mais Paz. Inicialmente há significativa contribuição dos ensinamentos para a humanidade com relação à histórica luta de Jesus Cristo, que buscou, através do diálogo e de boas ações, demonstrar gestos de solidariedade, de humanidade, do valor do perdão, do respeito e da sensibilidade diante do sofrimento do “Outro”. Estes são Valores necessários para a construção de uma Educação para a Paz em diversas sociedades.

O maior defensor do princípio da não-agressão (Satyagraha) foi Gandhi, maior defensor do princípio da não-agressão (Satyagraha), como meio de revolução. Foi idealizador e fundador do moderno Estado indiano, que posteriormente inspirou gerações, para um conceito de paz com base na não-violência, incluindo Martin Luther King Jr. e Nelson Mandela.

Pode-se refletir também sobre o quanto Gandhi contribuiu para a educação, através dos escritos que o *site* Palas Athena disponibilizou em sua 29ª Semana Gandhi:

Quando Gandhi nos convida a sermos a mudança que desejamos ver no mundo, assinala a capacidade inerente a cada um de nós de assumir a responsabilidade pela autoeducação, pela aprendizagem constante com as situações que geramos e gerimos no ato de viver, ampliando repertórios a partir do reconhecimento de não sabermos tudo nem sermos a expressão acabada do potencial criativo que abrigamos em nosso interior - eis o mistério insondável e sempre renovado do qual somos, a um só tempo, espectadores e protagonistas. (PALAS ATHENA, 2010).

Neste sentido de “autoeducação” e da reflexão de que as pessoas sempre tem algo a aprender e a ensinar, analisa-se que sempre é possível rever conceitos, normas e padrões (im) postos por uma sociedade fragmentada de valores éticos e solidários.

Segundo Kant, citado por Sá (2013, *slide* 10), a paz é “[...] como um projeto de construção da razão, não sendo concebida a paz como algo ‘natural’, mas que demanda ser manifestada pela educação. Sem educação não há paz”. Outra contribuição de Sá (2013, *Slide* 10) é com relação à Dalai-Lama: “O importante não é converter-se a uma religião. O importante é transformar-se, a fim de contribuir para a paz no mundo”.

Na concepção de Nelson Mandela a paz se dá dentre várias lutas por liberdade, justiça e democracia, principalmente por ele ser o defensor dos Direitos Humanos mais reconhecido do século XX. Nascido em Transkei, África do Sul, foi advogado e em maio de 1994 até 1999 assumiu como primeiro Presidente negro da África do Sul, segundo informações do *site* <http://br.youthforhumanrights.org>. Foi ganhador do Prêmio Nobel da Paz de 1993 e para Mandela, se as pessoas podem aprender sobre coisas ruins, poderão também aprender sobre coisas boas. Neste sentido pensa-se em sua grande contribuição para a educação desta sua maneira de pensar, pois muitas vezes educadores (as) se deparam diante de situações em que poderiam ser desenvolvidas atitudes mais éticas e solidárias, mas não são de fato realizadas, por descredito na possibilidade de mudança de comportamento e da forma de pensar de muitas pessoas que na realidade teriam grande potencial para mudanças de atitudes e valores.

Segundo informações do *site* wikipedia.org (2014), Martin Luther King Jr. foi um dos mais importantes líderes do movimento dos direitos civis dos negros nos Estados Unidos, e no mundo, com uma campanha de não-violência e de amor ao próximo. Em 14 de outubro de 1964 King recebeu o Prêmio Nobel da Paz pelo combate à desigualdade racial através da não-violência.

Há também imprescindível contribuição na Defesa dos Direitos Humanos e luta por melhoria de vida de mulheres trabalhadoras, no importante trabalho de Anna Eleanor Roosevelt, primeira-dama dos Estados Unidos de 1933 a 1945. Ela apoiou a criação da ONU e no período em que era diplomata e embaixadora dos Estados Unidos na ONU, entre 1945 e 1952, foi presidente da comissão que criou e aprovou a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Cabe destacar a importância e influência do grande educador brasileiro Paulo Freire, na defesa dos Direitos Humanos e na luta por uma educação transformadora e humanizadora. Ele recebeu diversos prêmios, homenagens e também foi indicado ao Prêmio UNESCO da Educação para a Paz (1986). Freire teve a idéia de criar o Instituto Paulo Freire⁴, com a missão de dar:

⁴ Site do Instituto Paulo Freire (IPF). Disponível em: <http://www.paulofreire.org/>>.

[...] continuidade e reinventando o legado freiriano na promoção de uma educação emancipadora, combatendo todas as formas de injustiça, de discriminação, de violência, de preconceito, de exclusão e de degradação das comunidades de vida, com vistas à transformação social e ao fortalecimento da democracia participativa, da ética e da garantia de direitos. (IPF, 2014, p.1).

Neste sentido tem-se grande contribuição deste educador, pedagogo, filósofo brasileiro e Patrono da educação brasileira, no sentido de novas possibilidades e olhares quanto as possibilidades de um mundo melhor para se viver.

Finaliza-se esta trajetória histórica de alguns humanistas fazendo-se referência à contribuição de Malala Yousafzai, que, dentre outros prêmios, ela foi a pessoa mais jovem de todos os tempos indicada ao prêmio Nobel da Paz. Malala relata que não quer ser lembrada por ter sido baleada pelo Talibã, mas sim como “a menina que lutou pela educação. Esta é a causa para a qual estou dedicando minha vida” (YOUSAFZAI, 2013, p. 323). Para Yousafzai, “uma criança, um professor, um livro, uma caneta podem mudar o mundo” (2013, p. 324).

É surpreendente a possibilidade de mudanças que uma pessoa possa realizar ainda recentemente, pois Malala Yousafzai é um exemplo de possibilidade de construção de Paz e Educação. Com relação ao discurso que fez na ONU ela relata em seu livro que o fez pensando em “atingir as pessoas que vivem na miséria, as crianças forçadas a trabalhar e aquelas que sofrem com o terrorismo e a falta de educação” (2013, p. 324).

A Paz e a Educação ainda dependem de muita luta política, social, econômica e de boa vontade. Mas a exemplo dos (as) humanistas aqui apresentados (as) e tantos (as) outros (as) que também contribuíram para a construção de um mundo mais solidário e de Paz, pode-se fazer uma análise de grandes conquistas já realizadas ao longo da história da Educação para a Paz e é preciso ter consciência de que este é um processo, infelizmente, longo e trabalhoso, mas que é preciso ser defendido diariamente.

Na sequência pretende-se realizar uma análise da Educação para a Paz, segundo a Legislação Brasileira, bem como outros documentos que caminham na direção do fortalecimento desta Educação para a Paz.

4.5 EDUCAÇÃO PARA A PAZ E A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

A Constituição Federal de 1988 garante a educação a todos em seu Art. 205 que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, pg.97).

Importante também relacionar a Lei n. 9.394/96 que traz no Capítulo II - Da Educação Básica, o Artigo 27, que aborda questões curriculares da educação básica e dispõe uma das diretrizes no inciso I: “[...] a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática” (BRASIL, 1996, p.13).

Observa-se que a Legislação Brasileira aponta que é no currículo da educação básica que os objetivos para a formação da cidadania poderão ser fortalecidos com intuito de contribuir para uma Educação para a Paz. No inciso I, pode-se observar que alunos (as) tem o direito de aprender sobre os valores fundamentais para se viver bem em sociedade, sobre os direitos e deveres que deve permear a vida dentro e fora da escola, bem como o respeito ao bem comum e que a democracia deve fazer parte da comunidade escolar possibilitando a participação e ações mais democráticas. Pensa-se que Projetos de Educação para a Paz nas escolas, precisam estar envoltos por estes direitos, deveres e valores, de forma democrática e dialógica, para que de fato se possa caminhar para uma sociedade de Paz.

Analisa-se também que a Seção III – do Ensino fundamental, o Art. 32, inciso IV, trata dos “[...] laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social”. Ou seja, na escola de ensino fundamental, educadores (as) precisam desenvolver diálogos e atividades que contribuam com a (in) formação dos (as) alunos (as) para que possam viver melhor em sociedade.

Salienta-se que para haver mais solidariedade humana na vida social é preciso desenvolver uma prática diária de Valores solidários e de Tolerância entre as pessoas, pois esta é a condição básica de se viver com outros seres

humanos. Com o desenvolvimento dessas boas ações, já se pode iniciar o processo de construção de um mundo de Paz no interior da escola, perpassando sua comunidade local, com possibilidade de expandir para outras sociedades.

A pesquisa procurou caracterizar Projetos de Educação para a Paz desenvolvidos nas escolas públicas municipais de Curitiba, no sentido de contribuir com a divulgação destes trabalhos, bem como analisar e refletir sobre como cada escola tem pautado seus Projetos com a Temática Educação para a Paz de acordo com a própria realidade e necessidades locais, dentro de um contexto macro social, político e econômico em que se encontra o Brasil.

4.6 PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

O Plano Nacional de Educação (PNE) prevê que planejar implica assumir compromissos contínuos para tentar acabar com as desigualdades sociais históricas do Brasil. Desta forma pensa-se como o PNE pode contribuir para fundamentação teórica que direcione uma Educação para a Paz com base em princípios pautados nos Direitos Humanos. Destaca-se assim que há “centralidade do PNE para a instituição do Sistema Nacional de Educação, (SNE) elemento central para assegurar maior organicidade da educação nacional”, portanto:

A elaboração de um plano de educação não pode prescindir de incorporar os princípios do respeito aos direitos humanos, à sustentabilidade socioambiental, à valorização da diversidade e da inclusão e à valorização dos profissionais que atuam na educação de milhares de pessoas todos os dias.” (BRASIL, 2011 -2020, p.9).

O PNE tem contribuição significativa para pensar a Educação para a Paz, pois além de orientar para planos de educação pautados no respeito aos Direitos Humanos, à valorização da diversidade e da inclusão, busca valorizar ainda os profissionais da educação, que direta e indiretamente podem influenciar para uma formação mais humana e solidária.

Dentre as 20 Metas do PNE, salienta-se a importância da Meta 2, pois está relacionada com a universalização do ensino fundamental de nove anos

para a população de seis a quatorze anos e da garantia de que pelo menos 95% dos alunos concluam esta etapa na idade recomendada até o último ano de vigência do PNE. Esta pesquisa leva em consideração esta Meta 2, pois pretende caracterizar os Projetos de Educação para a Paz no âmbito do ensino fundamental nas escolas públicas de Curitiba.

Outro ponto importante no PNE é com relação ao segundo grupo definido pelas Metas 4 e 8, que propõem a redução das desigualdades e à valorização da diversidade, além do terceiro grupo, que trata da valorização dos profissionais da educação, pois é considerado estratégico para que as metas anteriores tenham êxito, principalmente quanto ao processo de desenvolvimento e aprendizagem no ensino fundamental, que respeite as crianças como sujeitos.

4.7 DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN), que estabelecem a base nacional comum, “responsável por orientar a organização, articulação, o desenvolvimento e a avaliação das propostas de todas as redes de ensino brasileiras” (BRASIL, 2013, p.4).

A atualização das DCN deu-se devido a algumas modificações, como, por exemplo, quando o Ensino Fundamental passou para nove anos e surgiu a obrigatoriedade do ensino gratuito dos quatro aos 17 anos. Desta forma, busca-se prover os sistemas educativos nos níveis: municipal, estadual e federal, respeitando “as diferentes condições sociais, culturais, emocionais, físicas e étnicas”. Por isso as Diretrizes Nacionais da Educação Básica está dividida nas etapas da Educação Infantil, Fundamental e Média, além de resoluções para a Educação no Campo, a Educação Indígena, a Quilombola, para a Educação Especial, para Jovens e Adultos em Situação de Privação de Liberdade nos estabelecimentos penais e para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Também estão presentes as diretrizes curriculares nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, a Educação Ambiental, a Educação em Direitos Humanos e para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

No capítulo que trata sobre a Educação em Direitos Humanos, por exemplo, revela-se o intuito de contribuir e incentivar instituições educacionais e os sistemas de educação a construir uma sociedade mais justa e solidária. Desta forma, pode-se analisar que as DCN ao abordar a questão sobre a Educação em Direitos Humanos leva em consideração que a educação:

Vem sendo entendida como uma das mediações fundamentais tanto para o acesso ao legado histórico dos Direitos Humanos, quanto para a compreensão de que a cultura dos Direitos Humanos é um dos alicerces para a mudança social. Assim sendo, a educação é reconhecida como um dos Direitos Humanos e a Educação em Direitos Humanos é parte fundamental do conjunto desses direitos, inclusive do próprio direito à educação. (BRASIL, 2013, p. 515).

Cabe destacar que no corpo do texto deste tópico das Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, defende-se a idéia de uma educação que promova uma educação para a cidadania e a democracia, bem como uma “[...] cultura da paz e se posicione contra toda e qualquer forma de violência”. (BRASIL, 2013, p. 516).

5 METODOLOGIA DA PESQUISA: O CAMINHO DA INVESTIGAÇÃO

A metodologia é parte fundamental de uma pesquisa e se bem pensada e elaborada o trabalho passa a ser desenvolvido de forma mais fluída e harmoniosa, com dados mais objetivos da realidade a ser pesquisada.

As fontes de uma pesquisa necessitam ser precisas e bem fundamentadas para dar credibilidade e posterior fonte de novas pesquisas. A fonte, segundo Antônio Carlos Gil (2009, pg. 3), poderá ser bibliográfica, documental ou pesquisas fornecidas por pessoas, como as experimentais, ex-post facto, o levantamento e o estudo de caso. É preciso também levar em consideração que uma pesquisa busca contribuir com uma pequena parcela de dados de uma realidade imersa à outras realidades que formam uma complexa “teia” de dados e (in) formações.

A pesquisa é, segundo Rosália Duarte (2002, p. 140), “[...] um modo diferente de olhar determinada realidade a partir de uma experiência e de uma

apropriação do conhecimento”. É uma forma diferenciada de pesquisar um lugar que muitas vezes pode já ter sido pesquisado.

Segundo Monteiro, a pesquisa é uma atividade humana e social que:

[...] traz consigo a carga de valores, preferências, interesses e princípios que orientam o pesquisador, e este, como membro de um determinado tempo e de uma determinada sociedade, refletirá em seu trabalho de pesquisa, os valores, os princípios considerados importantes naquela sociedade e naquele tempo (MONTEIRO, 1991, pg. 27).

Desta forma, levou-se em consideração que cada Ação ou Projeto com a temática Educação para a Paz, em cada escola pesquisada, tem suas características e história própria. Cada pesquisa de campo terá sua contribuição social, política, cultural, educacional, etc., portanto respeitar seu tempo, espaço e sujeitos será um dos princípios base desta pesquisa.

Tem-se também a contribuição de Demo (2001, p. 10) que considera “[...] a pesquisa como diálogo inteligente e crítico com a realidade, tomando como referência que o sujeito nunca dá conta da realidade e que o objeto é sempre também um objeto-sujeito”.

Marli André (2005, p.29) revela que a pesquisa em Educação é uma tarefa coletiva e de longo prazo “[...] que deveria envolver todos aqueles que de alguma forma se preocupam com o desenvolvimento e com os resultados das pesquisas na área da educação.”

A autora ainda faz referência ao processo histórico sobre estudos qualitativos em que nos anos 80 e 90 estes estudos ganham destaque, pois:

[...] englobam um conjunto heterogêneo de métodos, de técnicas e de análises, que vão desde os estudos antropológicos e etnográficos, às pesquisas participantes, os estudos de caso até a pesquisa-ação e as análises de discurso, de narrativas, de histórias de vida. (ANDRÉ, 2005, p.30).

O estudo a ser desenvolvido adquire relevância para o campo do conhecimento e pesquisa educacional na medida em que primeiro realizou-se o levantamento quantitativo de quais/quantas escolas públicas municipais de ensino fundamental de Curitiba trabalham com a temática. Em um segundo momento tem-se todo um processo de construção do conhecimento qualitativo

que passa a indagar como, quando e quais materiais didático-pedagógicos foram/são utilizados pelos educadores (as) e gestores a partir de uma análise e diagnóstico da/s realidade/s vividas e sentidas no ambiente escolar. Para a realização desta pesquisa de campo em termos qualitativos, foram realizadas entrevistas pessoalmente, gravadas e cuidadosamente transcritas, porém os nomes das (o) entrevistadas (o) foram substituídos para garantir o anonimato e o resultado da pesquisa encontra-se no protocolo do apêndice desta pesquisa.

O intuito foi (re) conhecer e valorizar os saberes e as práticas relacionadas à Educação para a Paz em cada escola pesquisada, bem como o processo de investigação e o significado que a comunidade escolar dá aos Projetos de Educação para a Paz na própria escola, buscando caracterizar cada Projeto, o entorno da escola em questão, como fontes de pesquisa e análises futuras a quem pretende dar continuidade e visibilidade à essa temática: Educação para a Paz.

Para melhor posicionar esta pesquisa quanto ao tipo de pesquisa em que mais se enquadra, tem-se primeiramente uma ideia geral dos diferentes tipos de pesquisa existentes para encaminhar um bom Projeto de Pesquisa, que seriam as: exploratórias, descritivas, explicativas, bibliográficas, etc.

Para classificá-las, buscou-se a contribuição de Antônio Carlos Gil (2009, p. 3), que separa as pesquisas em dois grandes grupos: “Fontes de papel: pesquisa bibliográfica; pesquisa documental; Fornecidos por pessoas: pesquisas experimentais; ex-post facto; levantamento; estudo de caso”.

O autor ainda traz uma grande contribuição sobre a pesquisa descritiva, pois a considera como sendo aquela em que é mais procurada pelos pesquisadores sociais e solicitadas por instituições educacionais, por exemplo, com formato de levantamento, onde se busca conhecer uma dada realidade ou levantamento de dados, através de análise quantitativa de uma amostra significativa de todo o universo do objeto de investigação.

Este trabalho teve como norte a pesquisa descritiva, utilizando-se de técnicas como levantamento de dados através de entrevistas e questionário semi-estruturado, observação sistêmica, além da pesquisa qualitativa, com base em dados da pesquisa quantitativa, pois considera-se imprescindível a contribuição de ambas para que se possa ter uma base mais sólida, objetiva e subjetivamente falando, sobre dados da (s) realidade (s) pesquisada (s). Tem-

se dessa forma, uma análise mais abrangente sobre a metodologia que abarca este trabalho, na concepção de Pedro Demo (2001, p.9) que diz:

Todo fenômeno qualitativo é dotado também e naturalmente de faces quantitativas e vice-versa. [...] Métodos quantitativos e qualitativos precisam ser tomados como complementares e como regra. Dependendo do objeto e dos propósitos da pesquisa pode-se preferir um procedimento mais qualitativo, mas seria equivocado não perceber que “dados” qualitativos também são, de alguma forma, “dados”, ou seja, possuem referências como tamanho, frequência, escala, extensão.

Neste contexto busca-se analisar e refletir acerca dos propósitos e dados coletados para esta pesquisa que considera a pesquisa qualitativa aquela que “pretende preservar a realidade acima do método” (Demo, 2001, pg. 9) para que se possa posteriormente manipular os dados cientificamente, buscando compreender tal realidade para futura intervenção ou mudança, assim como também argumenta o autor.

Pode-se refletir que a pesquisa qualitativa aqui é uma das formas de capturar a (s) realidade (s), e, a partir de um recorte desta (s), interferir, ou não, com ações inovadoras para contribuir com a construção do processo de conhecimento e de Projetos de Educação para a Paz nas escolas públicas de ensino fundamental de Curitiba.

Leva-se em consideração a importância da pesquisa para o campo da Pedagogia e para a formação do (a) Pedagogo (a), destacando que a formação no campo pedagógico abarca uma grande diversidade de conhecimentos, crenças, valores, sentidos, realidades, tempos e espaços, etc. e que a pesquisa possibilita o contato com essas diversidades dentro e fora da (s) escola (s) fomentando, na formação do (a) educador (a), a análise comparativa, crítica e reflexiva da complexa trama da vida em sociedade que abarca o século XXI.

Portanto, esta pesquisa pode ser mais um meio de se ter contato com realidades diversas, e, a partir da Pesquisa de Campo e pesquisa qualitativa, contribuir para a (in) formação sobre (con) viver em uma sociedade que almeja um mundo de Paz, mais solidário, dentro e fora das escolas.

6 PROJETO DE EDUCAÇÃO PARA A PAZ: TRAJETÓRIAS DE PESQUISA

A pesquisa de campo desenvolveu-se junto às escolas públicas municipais de Curitiba no sentido de caracterizar os Projetos de Educação para a Paz e de verificar quando e como foram desenvolvidos esse tema nas escolas; quem trabalhou; quais foram os materiais utilizados; quais foram as dificuldades enfrentadas; quais foram os resultados positivos/negativos para os alunos das escolas e para a comunidade local/famílias.

Quanto aos procedimentos adotados para a pesquisa de campo: primeiro foram realizadas tentativas de contato por telefone com a Secretaria Municipal de Educação de Curitiba (SME) na tentativa de indicarem as escolas que estavam (ou estiveram) trabalhando com a temática Educação para a Paz em escolas públicas municipais de Curitiba. O primeiro contato com a SME foi feito com uma atendente. Ela foi bastante atenciosa, mas disse que só poderia passar informação após apresentação do Pré-Projeto. Disse que a pesquisa poderia ser realizada diretamente nas escolas ou procurar as escolas nas quais uma determinada ONG⁵ de Curitiba, vinha realizando projetos com esta temática nas escolas.

Na sequência houve a segunda tentativa por meio de contato também com a SME/RME - Curitiba. Por telefone, solicitaram à pesquisadora que entrasse em contato com a Regional Centro das escolas municipais. Informaram que não lembravam de nenhum projeto que estivessem desenvolvendo a temática “Educação para a Paz” em escolas públicas municipais. Solicitaram à pesquisadora que retornasse a ligação na próxima semana e falar com a Pedagoga para ver se ela saberia informar se estavam trabalhando com a temática em alguma escola do Centro. A pessoa que informou a pesquisadora perguntou se era preciso fazer a pesquisa só no centro ou em outra regional (por bairro). Entretanto, o orientador do TCC achou melhor focar em escolas municipais de Curitiba e não da região metropolitana, pois este não era o momento para uma pesquisa tão extensa.

Depois foi realizada outra tentativa telefônica para a Secretaria. Disseram que de fato não tinham conhecimento de Projetos com a temática

⁵ Instituto Não-Violência. Disponível em: <http://www.naoviolenca.org.br/>.

“Educação para a Paz”, entretanto informaram que poderia existir projetos relacionados à cidadania, Direitos Humanos, e temas afins.

O próximo passo foi tentar entrar em contato com as 9 regionais de Curitiba para verificar se havia escolas que estavam desenvolvendo ou que já tinham desenvolvido Projetos de Educação para a Paz. A maioria das regionais não tinha conhecimento de nenhum Projeto relacionado com esta temática e somente 3 regionais ficaram de dar retorno por telefone, pois iriam pesquisar e ver se existia alguma escola que estivesse desenvolvendo um Projeto com a temática a ser pesquisada. Uma regional deu retorno e passou o nome de uma escola que, provavelmente, estaria desenvolvendo um Projeto relacionado com uma temática. Foi feito então uma tentativa de contato com esta indicação da escola, mas a Pedagoga disse que iriam desenvolver o Projeto só no próximo semestre de 2014.

Durante o processo de contato telefônico junto à SME constatou-se que por este caminho, não seria possível obter informações sobre a existência ou não de projetos nas escolas. Tomou-se outro caminho. A partir do site da ONG –Instituto Não-Violência, descobriu-se que esta instituição elencava uma série de escolas municipais que tinham realizado parceria no sentido de implementarem projetos sobre a Educação para a Paz. Foram selecionadas 6 escolas através do *Site* desta ONG, para contato inicial por telefone. Estas escolas estão localizadas nos bairros do: Pilarzinho, CIC, Santo Inácio, Cachoeira, Campina da Barra e no Jardim Condor. Entretanto, em nenhuma destas escolas selecionadas pelo Site do Instituto Não-Violência foi possível realizar a entrevista. A alternativa foi recorrer a outras escolas e a pesquisa contou com a contribuição do professor Dr. Joe Garcia (TUIUTI) que indicou novos contatos de escolas que eram de seu conhecimento e que haviam desenvolvido algum projeto dentro da temática desta pesquisa.

Nesta nova tentativa surgiram novos contatos de mais 13 escolas, sendo elas das regiões do Guarituba (duas escolas), do CIC, de Santa Felicidade, de Piraquara (duas escolas), do Pilarzinho (duas escolas), do Portão, do Campo Comprido e do Alto Boqueirão. As escolas da região metropolitana não foram pesquisadas. Para esta pesquisa, definiu-se pesquisar as escolas municipais mais próximas de Curitiba.

O processo de contato com as escolas se desenvolveu como na descrição a seguir.

6.1 PROJETOS DE EDUCAÇÃO PARA A PAZ NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE ENSINO FUNDAMENTAL DE CURITIBA

As escolas selecionadas através do Site do Instituto Não-Violência, e que não foi possível realizar as entrevistas, serão identificadas pelo nome do bairro em que cada uma se localizava.

Na escola do bairro da Cachoeira, a Pedagoga “W” disse que fez um curso por uma ONG relacionado à temática Educação para a Paz em 2009, mas que não lembrava muito bem o que trabalharam, quais materiais, etc., pois já fazia muito tempo. Disse que se houvesse mais alguém que tivesse feito o curso talvez não lembrasse também. Ela disse ainda que na época era professora e agora é Pedagoga da escola. Ela ficou de conversar com outros professores para ver se poderiam ajudar com a pesquisa e pediu para retornar na semana seguinte do mês de Junho de 2014.

Na escola de Santo Inácio foi conversado com a Pedagoga “X” que disse lembrar do curso com a temática da pesquisa que fez pela mesma ONG de Curitiba, mas que não lembrava de quase nada e que na palestra que teve com os pais ela não participou, por isso não poderia falar a respeito. Ela pediu para entrar em contato no dia seguinte e falar com a Diretora, pois era mais antiga na escola e talvez lembrasse do Projeto ou soubesse quais professores teriam participado, entretanto já sinalizou que havia saído muitos professores da escola e que provavelmente não haveria mais ninguém da época do curso.

No caso da escola do CIC, a Pedagoga “Y” disse que seria muito difícil encontrar alguém da época do Projeto, pois na escola a rotatividade de professores é muito grande e que se tivesse alguém não lembrariam sobre o Projeto.

Na escola do Pilarzinho, a Pedagoga “Z” estava muito ocupada e pediram para ligar novamente à tarde, mas não foi possível novo contato por telefone.

Nas escolas Campina da Barra e Jardim Condor, também não foi possível realizar as entrevistas, pois já não tinha mais ninguém na escola que lembrasse do projeto.

O que se observou foi que em todos os casos das escolas que já tinham desenvolvido “Projetos de Educação para a Paz” através da mesma ONG, disseram que já tinha passado muito tempo; que não se lembravam de mais nada; ou que as pessoas que participaram do Projeto já não estavam mais na escola.

Recorreu-se à nova alternativa de pesquisa por outras escolas, que estivessem desenvolvendo projetos com a temática “Educação para a Paz, e neste momento houve a contribuição do professor Dr. Joe Garcia (TUIUTI). Ele indicou contatos de escolas que eram de seu conhecimento e desta forma surgiram contatos de mais 13 escolas de ensino fundamental, entretanto como 3 destas escolas não estavam localizadas na região de Curitiba, mas da região metropolitana, restaram 10 escolas para a pesquisa, sendo elas das regiões do Guarituba (duas escolas), do CIC, de Santa Felicidade, de Piraquara (duas escolas), do Pilarzinho (duas escolas), do Portão, do Campo Comprido e do Alto Boqueirão.

A partir da recomendação do professor Dr. Joe Garcia, das 10 escolas da região de Curitiba, no período da pesquisa, somente 4 estavam desenvolvendo projetos de “Educação para a Paz e que puderam contribuir com a pesquisa.

As 4 escolas em que foi possível realizar a pesquisa de campo, serão identificadas como escola: “A”, “B”, “C” e “D”. Primeiro será apresentado como se deu o processo de contato com as escolas e depois serão apresentados dados coletados da pesquisa de campo referentes: ao início dos projetos; número de envolvidos; número de turmas que participaram; materiais didáticos utilizados; as contribuições do projeto para a escola e para a comunidade e; as motivações e os desafios.

O primeiro contato com relação à Escola “A” foi muito bom. Foram muito atenciosas e prestativas. Disseram que tentariam ver quem participou do Projeto na escola para poder-se fazer a entrevista. O retorno foi realizado a partir do segundo semestre de 2014, com uma das professoras que estava fazendo um curso em uma ONG de Curitiba, relacionado à temática da

pesquisa a ser realizada na escola. Disse a entrevistada “A” que estavam realizando um Projeto de Prevenção à violência na escola.

Telefonou-se para a Escola “B” para agendar contato com a responsável. A Pedagoga “B” da escola relatou terem realizado um trabalho em 2013 com uma ONG sobre “Educação para a Paz” na escola. Foi muito atenciosa e autorizou a realização da pesquisa na escola. Ficou combinado de um novo contato a partir de agosto de 2014, após as férias. O novo contato foi realizado com sucesso e as duas entrevistas aconteceram de forma muito produtiva e empolgante.

No caso da Escola “C” o primeiro contato já foi realizado no primeiro semestre de 2014. A Pedagoga “C” disse que estavam desenvolvendo um Projeto relacionado com a temática da pesquisa. Foi muito atenciosa e ficou feliz com o contato e com a pesquisa que seria feita sobre o trabalho que estavam desenvolvendo. Um novo contato ficou combinado para depois das férias escolares, a partir de agosto de 2014. A Pedagoga “C” disse que poderia ser contactada por celular também, para agendar a entrevista. A partir de agosto foi realizado o contato novamente com a escola e ficou agendado para dia 07/10/14, mas houve imprevistos na agenda das Pedagogas e a entrevista ficou reagendada para dia 14/10/14. A entrevista foi realizada com sucesso e contribuiu muito para o desenvolvimento da pesquisa.

A Escola “D” foi contatada por telefone com a Pedagoga “D” da escola que relatou terem realizado um “Projeto sobre Educação para a Paz” na escola em 2013 através de uma ONG. Ficou combinado de um novo contato para realizar a entrevista a partir de agosto de 2014. A partir do segundo semestre foi feito novo contato para a escola e o resultado foi bastante positivo, pois a entrevista foi realizada com uma das professoras que acompanhou o Projeto na escola e que também contribuiu significativamente para a pesquisa

6.2 PROJETOS EM SI...

Na escola “A” a entrevistada “A” relatou que o Projeto teve início no ano de 2011 e continuou em 2014. Pretendem dar continuidade nos próximos

anos também. Os agentes educativos envolvidos são: professores, direção, pais, alunos, comunidade, etc. O Projeto foi desenvolvido para a escola toda. No período da manhã aplicaram nas turmas de 6º ao 9º ano e a tarde nas turmas de 1º ao 5º ano.

A entrevistada “A” disse ainda que dentre os motivos da escolha do Projeto destacam-se: a violência, o tráfico de drogas na comunidade que, conseqüentemente, busca os jovens estudantes para serem usuários. O principal motivo foi desenvolver uma cultura de paz e da prevenção na escola.

A escola “B” desenvolveu dois Projetos. A entrevistada “B1” relata que o primeiro Projeto foi realizado no período de agosto a dezembro de 2013 e não continua por falta de verba. Ela disse também que participaram os professores das turmas de 3º e 4º ano integral no período da manhã. O motivo da escolha foi: trabalhar sobre a tolerância, melhorar a convivência entre os alunos (as) menores e, também, desenvolver uma Cultura de Paz na escola.

O segundo Projeto foi relatado pelo entrevistado “B2”, desta mesma escola, e ele disse que o Projeto desenvolveu-se no período de julho a dezembro de 2014. Ressaltou ainda que o Projeto continua ativo e pretendem aplicar nos próximos anos também e ampliar para outras turmas. O entrevistado “B2” falou que participam deste projeto a escola junto à polícia militar, além de 4 professores de 8º e 9º ano e 1 professor de laboratório. O motivo da escolha por este projeto foi devido, primeiramente, à preocupação sobre a influência do tráfico de drogas no entorno da escola que buscavam os jovens estudantes para “trabalharem”. O Entrevistado “B2” relatou que muitos já chegavam drogados para as aulas ocasionando pouco rendimento e concentração nos estudos. Pretendiam com o projeto trabalhar também a questão da prevenção quanto ao uso de drogas e as conseqüências disso para a família.

A escola “C” iniciou o Projeto em agosto de 2014. É um projeto que provavelmente ficará permanente na escola, segundo a entrevistada “C”. Relatou ainda que o projeto estava com cronograma aberto e que pretendiam aprimorando no decorrer do projeto. Analisando os dados da entrevista, observa-se que os agentes educativos envolvidos são professores, alunos, direção, coordenação, famílias, enfim, toda a escola. Nas turmas de 1º ao 5º ano em parceria com a comunidade local e as famílias dos discentes. A

entrevistada “C” relatou ainda que o que motivou a escolha do Projeto foi a questão da violência escolar, mas, principalmente, a preocupação em relação à indisciplina dos alunos.

A última escola pesquisada foi a Escola “D”, que iniciou dois Projetos na escola, mas que não estavam mais ativos. A entrevistada “D” relatou que o Projeto 1 foi desenvolvido no período de 2012 a 2013 e não teve continuidade porque não houve parceria com o patrocinador (Banco). Disse ainda que os agentes educacionais envolvidos foram: professores, alunos e pais (respondendo a questionários) e foi aplicado nas turmas de 1º e 2º ano. O que motivou a escolha do Projeto foi a questão da violência entre os discentes, no sentido de resolver conflitos.

A entrevistada “D” relatou também sobre o Projeto 2 desta escola e disse que foi aplicado somente no ano de 2013, mas que não continua porque não houve novo contato da ONG. Ela falou ainda que esta escola não estava na lista de espera da ONG, mas como não deu certo com outra escola aplicaram nesta. A entrevistada “D” respondeu também que os agentes participantes foram professoras e alunos (as) das séries em que foi aplicado o projeto, ou seja, nas turmas de 3º, 4º e 5º ano e que ele foi aplicado na escola também mais no sentido de resolver conflitos.

6.2.1 Material didático

Na escola “A” a entrevistada “A” relatou que o material didático foi elaborado por duas professoras da escola, com ajuda do setor Pedagógico e outra professora formada em Direito. As professoras foram desenvolvendo os materiais didáticos de acordo com a demanda de temas para a escola com recurso de vídeo próprio, textos, palestras sobre *bullying*, etc., através do “setor mediador”, desenvolvido na escola.

Já no caso da escola “B” o material didático no Projeto 1 foi elaborado por uma ONG e aplicado pelas coordenadoras desta instituição, disse a entrevistada “B1”. Relatou ainda que elas compareciam uma vez por semana na escola, por uma hora, primeiro contando a história de um livro chamado “Menino do Dedo Verde” e, em seguida, relacionavam com o Meio Ambiente ou

à Paz. No caso do Projeto 2 desta mesma escola, o entrevistado “B2” falou que os próprios policiais faziam os vídeos para serem apresentados em palestras para alunos (as) do 8º ano primeiramente e já estavam pensando em fazer para alunos de 9º ano.

Os vídeos apresentavam problemas reais da violência urbana e do tráfico de drogas, além das consequências geradas às famílias. As cenas sobre violência, uso de drogas, etc. não chocavam tanto quanto quando apareciam as mães chorando sobre o corpo do (s) filhos morto (s), pois isso era o que mais fazia com que muitos dos discentes chorassem e passassem a refletir melhor sobre as consequências das drogas e da violência, relatou o entrevistado “B2”.

Na escola “C” a entrevistada “C” relatou que fez uma adaptação para crianças menores de um Projeto que já existia em outra escola que a entrevistada “C” trabalhava e era responsável por ele. Ela disse também que o Projeto iniciou com apresentação de *slides* e conversas com as turmas, principalmente sobre ética, cidadania, respeito, qual o papel de cada setor da escola, etc. Estavam utilizando mais material humano que material didático.

Na escola “D” foram desenvolvidos dois Projetos, relatou a entrevistada “D”. Ela disse que no Projeto 1 as professoras ganhavam uma apostila com todas as aulas para aplicar nas turmas de 1º e 2º ano do Ensino Fundamental. A entrevistada “D” falou também que no caso do Projeto 2 as professoras não tinham acesso ao material porque eram as coordenadoras da ONG que iam até a escola e aplicavam as atividades com alunos do 3º, 4º e 5º ano.

Houve ainda o relato, de uma entrevistada de uma das escolas pesquisadas, que havia muito interesse por parte dela de ter acesso aos materiais para dar continuidade ao Projeto ou à temática na escola, mas disse que não autorizaram o acesso ao material.

6.2.2 Contribuição do projeto – Escola e Comunidade

Em relação à contribuição do projeto para a escola e comunidade, na escola “A” os resultados foram positivos para escola e para a comunidade, relatou a entrevistada “A”, e os pais/responsáveis parabenizaram a escola

pelos resultados e pretendiam participar para ajudar a escola. Ela disse também que alunos procuravam ajuda quando precisavam e sentiam-se mais seguros e confiantes.

Para a escola “B”, o Projeto 1 melhorou o comportamento das crianças menores, mas não houve relato sobre a comunidade, disse a entrevistada “B1”. No caso do Projeto 2 desta mesma escola, o entrevistado “B2” disse que houve considerável redução ao uso de drogas pelos alunos, reduziu a violência e melhorou o desempenho em sala de aula, pois muitos ou reduziram a quantidade do uso de drogas ou pararam de usar. Relatou ainda que na comunidade houve redução de persuasão aos alunos por parte dos traficantes e que os jovens passaram a ter mais consciência dos problemas causados pelo uso de drogas e, também, pelo impacto na família, principalmente, às mães. O entrevistado “B2” falou ainda que a comunidade também se beneficiara deste Projeto porque estes alunos mais instruídos, passaram a orientar outros colegas na região.

No caso da escola “C”, a entrevistada “C” disse que ainda era muito cedo para ter resultados, mas notavam que as crianças já estavam tendo uma outra visão sobre funções da escola e o respeito por essas funções. A escola ainda não havia iniciado o trabalho com as famílias, mas pretendiam fazer isso em breve e disse acreditar que teriam bons resultados a longo prazo.

Relatou a entrevistada “D” na escola “D” que tanto o Projeto 1 quanto o Projeto 2 contribuíram com a formação dos discentes, porque a partir dos projetos souberam lidar melhor com suas emoções, procurando soluções para os problemas na escola.

6.2.3 Motivações e desafios do projeto

Na escola “A” a entrevistada “A” relatou que o que motivava a continuação do Projeto era o trabalho com a prevenção. O desafio estaria no sentido de que havia pais/responsáveis que não se interessavam muito em acompanhar o desenvolvimento do aluno e relatou que já teve casos em que os pais/responsáveis preferiram tirar o aluno da escola a ter que dialogar e se fazer presente nas questões escolares. Disse ainda que algumas vezes

precisavam dialogar apenas com o aluno para que este conseguisse se desenvolver bem.

Para a escola “B”, o Projeto 1 era motivado em sua continuidade por trabalhar sobre convivência e as diferenças porque ao mesmo tempo que era um desafio era também motivador, segundo a entrevistada “B1”. O grande desafio neste caso era com relação à “imaturidade” das crianças menores para compreender o objetivo do Projeto, relatou a entrevistada “B1”, entretanto, cabe destacar em seu relato que houve mais resultado com crianças menores do que com as maiores. No caso do Projeto 2 o entrevistado “B2” disse que a motivação era a tentativa de salvar alunos usuários de drogas e pela situação da comunidade quanto ao tráfico. Ele salientou sobre o aproveitamento desses jovens em sala, pois o entrevistado “B2” disse acreditar que muitos tinham grande potencial. Entre os desafios encontrados era a agenda dos policiais em relação à agenda da escola, pois eles ainda precisavam fazer o trabalho diário como policiais em outros bairros. Relatou ainda que outra dificuldade era com relação à estrutura da escola, pois não tinha como fazer uma palestra única para várias turmas ao mesmo tempo.

No caso da escola “C” a entrevistada “C” revelou que a motivação foi ouvir das crianças que melhorou e que reduziram as brigas, além do reconhecimento do trabalho do Pedagogo na escola pelas crianças. Com relação aos desafios a entrevistada “C” disse que sem dúvida era com relação à resistência por mudanças, pois disse acreditar que é preciso a participação de todos, mas muitos professores resistiam em terem uma nova postura, diante de novos desafios e dificuldades.

Na escola “D” a motivação, tanto para o Projeto 1 quanto para o Projeto 2 era o relato dos pais sobre a melhora do comportamento das crianças em casa, argumentou a entrevistada “D”. Ela relatou também que em ambos Projetos não teve dificuldades porque alunos (as) aceitaram bem as duas Propostas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A temática Educação para a Paz tem sido relatada ao longo do processo histórico ainda com muita luta política, social e econômica em muitos países do mundo. De acordo com Carrano e Dayrell (2014, p. 127) “Um dos grandes desafios da contemporaneidade passou a ser a construção da unidade social em sociedades marcadas por significativas diferenças e desigualdades pessoais e coletivas”. Portanto, uma “postura de escuta” se torna necessária e implica:

[...] assumir a própria identidade e entrar em relação com a diferença rejeitando as desigualdades. A capacidade de escuta e argumentação são dois recursos fundamentais, que, quando deixam de existir, podem provocar situações de violência”. Muitos dos conflitos entre os jovens e as instituições são provocados pelas dificuldades de tradução dos sinais que não conseguimos decifrar [...] as instituições parecem não perceber que não se pode educar ou negociar na ausência de uma linguagem em comum. (CARRANO; DAYRELL, 2014, p. 127)

Desta forma, é possível reconhecer o Outro como indivíduo e compreende-se também, que a “Educação para a Paz” é um processo de construção diária de “escuta” e de valores como: respeito, solidariedade, compaixão, cooperação, humildade, etc. na maioria das “concepções” sobre “Educação para a Paz”.

A revisão da literatura para elaboração desta pesquisa possibilitou a constatação das grandes contribuições de humanistas que acreditaram e que acreditam na possibilidade de um mundo mais Solidário e de Paz.

A construção deste Trabalho de Conclusão de Curso pretendeu desenvolver uma pesquisa que pudesse contribuir para o estudo desta temática com o objetivo de caracterizar os projetos de Educação para a Paz nas Escolas Municipais de Curitiba de Ensino Fundamental no sentido de verificar quais são os resultados obtidos no âmbito das relações pedagógicas/pessoais na escola e na comunidade local; procurou-se identificar e caracterizar os materiais didáticos utilizados para verificar se havia, ou não, alguma similaridade entre eles quanto à concepção de uma Educação para a

Paz nas escolas e; quais foram os desafios para o desenvolvimento desses projetos dentro das escolas.

Pretendeu-se, ainda, na pesquisa de campo, verificar qual a motivação, das pessoas que estão (estavam) desenvolvendo os projetos. Acredita-se que um projeto possa ser pensado e elaborado a partir de critérios que levem em consideração a importância do (s) significado (s) que produz (am) sentido para uma “Educação para a Paz” .

Quanto à análise dos resultados obtidos, notou-se que o período de desenvolvimento dos Projetos nas quatro escolas pesquisadas, todos são muito recentes, ou seja, foram desenvolvidos entre 2013 e 2014. Observou-se que nas duas Escolas em que o projeto foi desenvolvido com a intenção de envolver a escola toda, tentando adaptar à realidade escolar, os Projetos continuaram em desenvolvimento. Os profissionais dessas escolas disseram que pretendiam dar continuidade nos próximos anos.

Com relação ao Projeto que envolveu, além dos alunos “foco”, o uso de drogas e o incentivo de propagar a prevenção na comunidade local, através dos próprios alunos já orientados na escola, também há grande interesse em continuar o Projeto e estendê-lo a outras turmas, inclusive, pensam em tentar adaptar para crianças menores também futuramente. Aqueles Projetos que vieram “prontos” para a escola não tiveram continuidade, apesar dos resultados positivos enquanto estavam em desenvolvimento. Desta forma, destaca-se a relevância da co-participação.

Com relação ao material didático observou-se que cada escola utilizou diferentes materiais pedagógicos e a maioria utilizou material desenvolvido pela própria escola e de acordo com o contexto em que vivem. Dentre os materiais utilizados houve grande diversidade, pois alguns utilizaram material humano, principalmente, nos casos de palestras e diálogos com alunos (as), ou se desenvolveram de acordo com a necessidade da escola e dos conflitos que iam surgindo.

Outros dois projetos utilizaram material didático pronto, fornecido por Instituições não vinculadas às escolas. Analisou-se que das quatro escolas pesquisadas, todos os materiais didáticos/pedagógicos abordaram questões relacionadas à “Educação para a Paz” ou “prevenção ao uso de drogas”, “prevenção de conflitos” e de “violência escolar”, contribuindo

significativamente para mudanças de atitudes, comportamentos e ambiente mais harmonioso e de Paz, segundo relatos das (o) entrevistadas (o).

Com relação às contribuições para escola/comunidade, nas quatro escolas os resultados dos Projetos foram positivos de alguma forma, analisando os relatos das entrevistadas, mesmo aqueles que tenham iniciado muito recentemente, pois nas quatro escolas as (o) entrevistadas (o) disseram que perceberam mudanças de comportamento com relação às boas atitudes na escola e/ou em casa por parte dos estudantes.

Com relação aos desafios, as quatro escolas apresentaram muitas diferenças. Surgiram questões como: falta de estrutura e tempo da escola; desinteresse em mudanças de comportamento diante de novos desafios por parte de alguns professores; conflitos com pais/responsáveis com relação à necessidade de mudança de comportamento e “imaturidade” das crianças menores para compreender melhor os objetivos do Projeto. Somente uma das escolas disse não ter apresentado problemas ou desafios durante o Projeto. É o caso da única escola em que não houve continuidade dos Projetos e que não tem muitos problemas de “indisciplina” e violência escolar.

Dentre as motivações observou-se grande diversidade de respostas entre as escolas pesquisadas. Mas há algo em comum entre as escolas que chamou a atenção: a satisfação pelo reconhecimento e elogios recebidos pelo trabalho realizado, por parte dos (as) alunos (as), pais, comunidade escolar, etc. Isso com certeza demonstra aspectos positivos quanto ao reconhecimento e a valorização pelo trabalho desenvolvido com alunos (as) e comunidade no entorno da escola. Também a questão do compromisso social e as tentativas de uma formação mais humana ficam bastante evidentes nas quatro escolas.

O que se concluiu é que apesar de terem sido realizados contatos com várias escolas, somente algumas estão de fato desenvolvendo Projetos com a temática Educação para a Paz ou relacionados com o tema, ou seja, apenas quatro escolas estão trabalhando neste sentido, das quais foram pesquisados 5 projetos, mas todas tiveram ganhos significativos, principalmente, quando o trabalho era realizado em conjunto com toda a escola em parceria com a comunidade local/famílias, segundo as entrevistadas. Mesmo os projetos que não tiveram mais o acompanhamento da ONG ou financiamento do Banco

tiveram resultados positivos enquanto os projetos estavam em desenvolvimento.

Portanto o papel do (a) pedagogo (a) na articulação de redes/projetos de educação para a Paz se faz necessário na contemporaneidade, pois o processo de criação de projetos de intervenção comunitária, segundo Freitas (2014, p. 137), foi possível devido ao aumento dos projetos sociais, através de equipes multidisciplinares, das agências da sociedade civil e as financiadoras de pesquisa. Salienta a autora, também, que entre as propostas dos planos e projetos sociais pode-se encontrar os:

[...] stakeholders, os gerentes de projetos sociais, os “pesquisadores seniores” nos programas comunitários, os consultores e assessores em planos estratégicos e de políticas públicas [...] a relação que se estabelece entre, de um lado, os profissionais – como planejadores e executores de dessas propostas – e, de outro, as entidades mantenedoras e as agências de fomento – como órgãos de financiamento dos recursos básicos, essenciais ou totais, e humanos para a realização do plano de intervenção – adquire a importância de uma relação essencial [...] um terceiro personagem nessa relação [...] de igual ou maior importância [...] é a própria comunidade. (FREITAS, 2014, p. 137).

Neste sentido, é de fundamental importância o trabalho do (a) pedagogo (a) nas escolas, possibilitando abranger estas (inter) conexões, favorecendo o diálogo e a co-participação dos (as) envolvidos nos projetos com a temática Educação para a Paz nas escolas e as ONGs; entidades mantenedoras; órgãos de financiamento; a comunidade, etc. no sentido de abarcar questões micro, meso e macrosociais nos dias atuais para melhor desenvolvimento de uma Cultura e Educação para Paz nas escolas.

A pesquisa realizada abarcou um pequeno contexto de situações que podem ser desdobradas para futuras pesquisas. A temática ainda precisa ser bastante explorada no sentido de contribuir para que se possa trabalhar na construção de uma “Educação para a Paz” nas escolas. Constatou-se por meio das entrevistas que o “ganho” é bastante claro para alunos (as), o que influencia (in) diretamente à sociedade como um todo. Estes “ganhos” referem-se às mudanças comportamentais relacionadas a boas ações, redução da violência e do uso de drogas, resolução dos conflitos, mais cooperação entre escola e comunidade. Ou seja, é possível desenvolver Projetos relacionados à

Cultura de Paz nas escolas através da mediação do (a) pedagogo (a) e articulação de redes/projetos de Educação para a Paz.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, M. E.D.A. Pesquisa em educação: questões de teoria e de método. **Educ. Tecnol.**, Belo Horizonte, v.10,n.1,29-35, 2005/jan-jun.

ANDRÉ, M. E. D. A. Pesquisa sobre a escola e pesquisas no cotidiano da escola. **EccoS-Revista Científica**, São Paulo, v.10, n.especial, p. 133-145, 2008.

ARAÚJO, U. P. ; AQUINO, Julio. G. **Os direitos humanos na sala de aula: a ética como tema transversal**. São Paulo: Moderna, 2001.

BELTRAME, M. C. U. **Utopia realizável: a educação para a paz permeando a prática educativa**. 90 f. Dissertação (Conclusão de Mestrado) – Pós-Graduação em Educação nas Ciências), Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2007.

BRASIL.Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.Diposnível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm> Acesso em: 16/10/2014.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=13448&tmpl=component&format=raw&Itemid=>>. Acesso em 15.10.2014.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm> Acesso em 16.10.2014.

BRASIL. Plano Nacional de Educação. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf>. Acesso em 04/09/2014.

DAYRELL, J. ; CARRANO, P. ; MAIA, C. L. Juventude e ensino médio: sujeitos e currículos em diálogo. In: CARRANO, P. ; DAYRELL, J. **Juventude e ensino médio: quem é este aluno que chega `a escola**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

DEMO, P. **Metodologia da investigação em educação**. Curitiba: InterSaberes, 2013.

DEMO, P. **Pesquisa e informação qualitativa**. 3. ed. Campinas, SP: Papirus, 2001. pg. 09. Disponível em: <<http://books.google.com.br>> Acesso em: 15/09/2014.

DUARTE, R. Pesquisa Qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, Rio de Janeiro, n.115, p. 139-154, março/2002.

D.U.D.H. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>.> Acesso em 09/12/14.

ELIAS, M. A. **Violência escolar**: caminhos para compreender e enfrentar o problema. 1. ed. São Paulo: Ática Educadores, 2011.

FRANCO, M. A. S. *et al*. Elementos para a formulação de diretrizes curriculares para cursos de Pedagogia. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 130, p. 63-97, jan./abr. 2007.

FREIRE, P.; FREIRE, Ana M. de A.; OLIVEIRA, W. F. de. **Pedagogia da solidariedade**. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FREIRE, P. **Pedagogia da tolerância**. São Paulo: UNESP, 2004.

GUIMARÃES, M. R. **Educação para a paz**: sentidos e dilemas. 2. ed. Caxias do Sul: Educus, 2011, p. 184-328.

GIL, A. C. Como classificar as pesquisas?. In:_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas S.A. 2009. p. 41-56.

JARES, X. R. **Educação para a paz**: sua teoria e sua prática. 2. ed. ver. e ampl. Porto Alegre: Artmed, 2002.

YOUTH FORH HUMAN RIGHTS. Disponível em: <http://br.youthforhumanrights.org>. Acesso em 09/11/2014.

LUDKE, M. & ANDRÉ, M.E.D. Capítulo 2 – **Abordagens qualitativas de pesquisa**: a pesquisa etnográfica e o estudo de caso. In: LUDKE, M. & ANDRÉ, M. E. D. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986, p. 11-24.

MONTEIRO, R. C. A pesquisa qualitativa como opção metodológica. **Proposições**, Campinas, v. 2, n.2(5), 1991/agosto.

MARCHETTO, G. L. A. **Educação para a paz**: um caminho necessário. 1. ed. São Paulo: Paulinas, 2009.

MILANI, F. M. **Tá combinado!** : construindo um pacto de convivência na escola. Salvador: IMPAZ, 2004. 92 p.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2ª ed. rev. São Paulo: Cortez, 2011.

ONU Brasil. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/>>. Acesso em 04/09/2014.

PALAS ATHENA. Disponível em:
<<http://www.palasathena.org.br/pagina.php?id=53>> Acesso em 20/10/2014.

PIMENTA, S.G. Que destino os educadores darão à pedagogia?. In: LIBÂNEO J.C. **Pedagogia, ciência da educação?** São Paulo: Cortez, 1998. p. 107-133.

SÁ, Ricardo Antunes de. A. **Contribuições acadêmico-pedagógicas para a educação para a paz**. Curitiba: *Power Point*, 2013. 1-64 *slides*.

_____. Pedagogia e complexidade: diálogos preliminares. *Educar*, Curitiba, n. 32, p.57-73, 2008.

_____. A cientificidade da Pedagogia e os pressupostos do pensamento complexo. *Educativa*, Goiânia, v. 15, n. 1, p. 99-111, jan./jun. 2012.

SCHMITT, A. M. Ação-Reflexão-Ação: A Prática Reflexiva como elemento transformador do cotidiano educativo. *Protestantismo em Revista*, São Leopoldo, RS, v. 25, p. 59-65, mai./ago. 2011.

SOUZA, J. Música, educação e projetos sociais. In: FREITAS, M. F. Q. **Projetos comunitários e sociais**: como construir planos de ação. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2014.

WIKIPEDIA. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org>>. Acesso em 30/09/2014.

YOUSAFZAI, M. **Eu sou Malala**: a história da garota que defendeu o direito à educação e foi baleada pelo Talibã. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

APÊNDICE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

**A EDUCAÇÃO PARA A PAZ NAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE
ENSINO FUNDAMENTAL DE CURITIBA**

ESCOLAS	PROJETO Início/termi no Projeto continua?	Agentes Educativos Envolvidos. Quais Turmas	Motivos da escolha do Projeto	Material Didático	Resultados Positivos – Escola e Comunidade.	Dificuldades Encontradas	Motivações
	Perguntas 1, 2 e 10	Perguntas 3 e 4	Pergunta 7	Perguntas 8 e 9	Perguntas 5 e 6	Pergunta 11	Pergunta 12
ESCOLA A	-Início: 2011 -Continua	-Agentes: professores, direção, pais, alunos, comu- ni- dade, etc. -Turmas: para a escola toda. De manhã nas turmas de 6º ao 9º ano. A tarde nas turmas de 1º ao 5º ano.	-Motivos: Violência, tráfico, desenvolv er cultura de paz e prevenção .	-Elaborado por duas professoras da escola, com ajuda do setor Pedagógico e outra profa. Formada em Direito. -Desenvolvem de acordo com a demanda de temas para a escola com recurso de vídeo próprio, textos, palestras sobre bullying, etc.	-Resultados positivos para escola e para a comunidade. Pais/responsá- veis parabeniz- am a escola pelos resultados e querem participar para ajudar a escola. Alunos também procuram ajuda quando precisam e sentem-se mais seguros e confiantes.	-Há pais/respon- sáveis que não se interessam muito em acompanhar o desenvolvimen- to do aluno e já teve casos em que preferiram tirar o aluno da escola a ter que dialogar e se fazer presente nas questões escolares. Algumas vezes precisam dialogar apenas com o aluno para que este consiga se desenvolver bem.	O que motiva é o trabalho com a prevenção e quando parabeniza- m o trabalho que realizam.
ESCOLA B	Projeto 1: Período: de agosto a dezembro de 2013 -não continua por falta de verba. Projeto 2: De julho de 2014 a dezembro de 2014. -continua e pretendem aplicar nos próximos anos.	Projeto 1: Participaram professores das turmas trabalhadas e a Ong (uma pedagoga e uma psicóloga), que aplicou o Projeto nas turmas de 3º, 4º e 5º ano integral no período da manhã. Projeto 2: a escola e a polícia militar. São 4 professores de 8º e 9º ano e 1 prof. de laboratório.	Projeto 1: Violência escolar, desenvolv er Cultura de Paz, desenvolv er a tolerância e melhorar a convivênci a. Obs: são alunos menores Projeto 2: Tráfico de drogas, violência escolar e prevenção ao uso de drogas. Obs: são alunos maiores.	Projeto 1: Uma vez por semana, por uma hora a Ong ia até a escola para aplicar o Projeto contando a história de um livro e depois relacionavam com meio ambiente ou à Paz. Levavam atividades prontas para alunos. Projeto 2: Policiais usam mais vídeos próprios para fazer palestras o uso de drogas e consequências. Tem auxílio de 5 professores. Primeiro foi com alunos do 8º ano e agora será com os de 9º ano,	Projeto 1: Melhorou comportamento das crianças. Resultado foi melhor com crianças menores. Não há relato sobre a comunidade. Projeto 2: Reduziu o uso de drogas, melhorou desempenho dos alunos nas aulas e redução da violência. Na comunidade traficantes não conseguem persuadir tanto alunos mais conscientizados e estes passam a conscientizar outros colegas.	Projeto 1: A imaturidade das crianças menores para compreender o objetivo do Projeto, mas teve mais resultado com menores do que com crianças maiores. Projeto 2: É muito difícil conseguir conciliar a agenda dos policiais com a da escola. Outra dificuldade é com relação à estrutura da escola, pois não tem como fazer uma palestra única para várias turmas ao mesmo tempo.	Projeto 1: Trabalhar sobre convivência e diferenças, pois ao mesmo tempo que é um desafio é também motivador. Projeto 2: A tentativa de salvar alunos usuários de drogas e pela situação da comunidade quanto ao tráfico. Também motiva o aproveitame nto desses jovens em sala, pois muitos tem grande potencial.

ESCOLA C	Início em agosto de 2014 Projeto está ativo e pretendem aplicar o ano todo nos próximos anos.	Toda a comunidade escolar: alunos, professores, coordenação, pedagogia, comunidade local, envolvendo pais/responsáveis. É aplicado à toda escola: turmas de 1º ao 5º ano.	Violência escolar, mas principalmente indisciplina.	Projeto já estava em andamento em outra escola e foi trazido e adaptado para crianças menores nesta escola. Iniciou com apresentação de slides e conversas com as turmas, principalmente sobre ética, cidadania, respeito, qual o papel de cada setor da escola, etc. Utilizam mais material humano que material didático.	É muito cedo para ter resultados, mas notam que as crianças já estão tendo uma outra visão sobre funções da escola e o respeito por essas funções. Ainda não iniciaram o trabalho com as famílias também, mas acredita que terão bons resultados a longo prazo.	Sem dúvida é a resistência por mudanças, pois acredita que é preciso a participação de todos, mas muitos resistem em terem uma nova postura.	Poder ouvir das crianças que melhorou e que tem menos brigas, além do reconhecimento do trabalho do Pedagogo na escola pelas crianças.
ESCOLA D	Projeto 1: de 2012 a 2013. Não continua porque não houve parceria com o patrocinador (Banco). Projeto 2: só em 2013. Não continua porque não houve novo contato da Ong. Esta escola não estava na lista de espera da Ong, mas como não deu certo com outra escola aplicaram nesta.	Projeto 1: Participaram: a escola, professores, alunos e pais. Aplicado nas turmas de 1º e 2º ano. Projeto 2: Participaram: a escola, professores das séries em que foi aplicado o projeto e alunos (as). Aplicado nas turmas de 3º, 4º e 5º ano.	Projeto 1: Pela violência escolar, mas no sentido de conflitos. Projeto 2: Pela violência escolar, mas no sentido de conflitos.	Projeto 1: Ganhavam uma apostila com todas as aulas para aplicar em sala. Projeto 2: Professoras não tinham acesso ao material porque eram as coordenadoras da Ong que iam até a escola e aplicavam as atividades com alunos.	Os alunos a partir dos projetos souberam lidar melhor com suas emoções, procurando soluções para os problemas.	Não teve dificuldades nos dois Projetos e alunos (as) aceitaram bem as duas Propostas.	O relato dos pais sobre a melhora do comportamento das crianças em casa.

ANEXO

QUESTIONÁRIO

O OBJETIVO DO QUESTIONÁRIO É CONHECER OS PROJETOS DE EDUCAÇÃO PARA A PAZ NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE CURITIBA COM A FINALIDADE DE COMPLEMENTAR A PESQUISA REFERENTE AO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO. AGRADECEMOS SUA COLABORAÇÃO.

- 1- Nome do Projeto:
- 2- Ano de início e termino do Projeto:
- 3- Envolvidos no Projeto (Instituição, professores, alunos, escolas,etc.):
- 4- Em qual(quais) turma(s) foi (foram) desenvolvido(s) o(s) Projeto(s)? Ou foi para a escola toda?
- 5- Em sua opinião os resultados foram positivos para a escola?
Sim () Não () Quais/Por quê?
- 6- Em sua opinião os resultados foram positivos para a comunidade local?
Sim () Não () Quais/Por quê?
- 7- Razões que motivaram a escolha do Projeto para a escola:
() violência escolar
() Tráfico drogas
() Desenvolver uma Cultura de Paz no Currículo escolar
() Outros. Quais?
- 8- Há (houve) material didático específico para o desenvolvimento do Projeto?
Sim () Não () Qual/is?
- 9- Quem elaborou os materiais e como foram aplicados? Por quem?
- 10- O Projeto continua em desenvolvimento? Por quê?
- 11- Quais as maiores dificuldades encontradas no desenvolvimento do Projeto?
- 12- Quais as maiores motivações encontradas no desenvolvimento do Projeto?